

Todos podemos... é disso que se trata

Guia de aprendizagem da Convenção
sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência



Lea Nohemi Hernández, 25, Nicaragua

Apresentação da versão brasileira

É com enorme prazer que apresentamos esta versão em língua portuguesa do guia *It's about ability – Learning Guide on the Convention on the Rights of Persons with Disabilities*, publicado em 2009 pelo UNICEF e Fundação Victor Peneda, com o propósito de instrumentalizar educadores, jovens líderes, líderes comunitários, entre outros, que se dediquem a divulgar e conscientizar a sociedade, particularmente crianças e adolescentes, sobre os direitos humanos relativos às pessoas com deficiência.

Em especial, este guia, aos nossos olhos, é uma importante ferramenta para minimizarmos as barreiras atitudinais em relação à participação plena das pessoas com deficiência em nossa sociedade, tendo como objetivo difundir as principais ideias da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e o seu Protocolo Facultativo.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e o seu Protocolo Facultativo foram elaborados a partir da mobilização de organizações, ativistas de direitos humanos, representantes governamentais que atuam na área de defesa e garantia dos direitos humanos relativos à pessoa com deficiência. Suas ideias centrais são: a equidade de oportunidade, enfrentamento à discriminação e o aumento do poder das pessoas com deficiência. Esse tratado internacional foi aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em dezembro de 2006, e assinado por mais de 100 países, entre eles, o Brasil, em Nova Iorque em 30 de março de 2007.

A Convenção, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), é um instrumento de garantia de direitos humanos, com explícita dimensão de desenvolvimento social. Ela reafirma que todas as pessoas, com quaisquer tipos de deficiência, devem gozar de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais – e esclarece exatamente como as categorias de direitos devem ser aplicadas. Além disso, identifica especificamente áreas onde adequações precisam ser feitas para permitir que as pessoas com deficiência exerçam efetivamente seus direitos. Afirma ainda que a proteção desses direitos deve ser reforçada onde eles forem violados.

Assim, em 2009, a partir de parceria estabelecida entre o UNICEF e o RIOincluir – Obra Social da Cidade do Rio de Janeiro (OSCRJ), esta publicação foi traduzida, e posteriormente submetida a um grupo de trabalho composto por representantes de órgãos governamentais e instituições não governamentais, com proficiência na área dos direitos humanos relativos às pessoas com deficiência para validação técnica e adequações necessárias.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência coloca no seu “Artigo 1 - Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.”

Compreendemos que as barreiras, em sua maioria, não são físicas, mas construídas com base nas diversas concepções sobre as deficiências.

O Guia de aprendizagem “Todos podemos... é disso que se trata” será um instrumento para o trabalho de conscientização de crianças e adolescentes, alunos de escolas públicas e particulares, visando mudar paradigmas nas concepções, atitudes e abordagens em relação às pessoas com deficiência.

Todos podemos... É disso que se trata!

É isso que todos precisamos saber!

A mudança começa por nós!

Boa leitura!



Cristine de Souza Assed Paes

Diretora Presidente
Obra Social da Cidade do Rio de Janeiro



Gary Stahl

Representante do UNICEF no Brasil
Fundo das Nações Unidas para a Infância

Ficha técnica

Autores: Victor Pineda Foundation e Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF.

Coordenador e editor da versão brasileira: RIOinlui – Obra Social da Cidade do Rio de Janeiro

Tradução: Flash Idiomas

Grupo de Validação Técnica:

Centro de Promoção da Saúde (Cedaps)

Centro de Vida Independente (CVI - Rio)

Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência da Cidade do Rio de Janeiro (Comdef)

Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF

Instituto Interamericano sobre Deficiência e Desenvolvimento Inclusivo (iiDi)

Instituto Municipal Helena Antipoff/ Secretaria Municipal da Educação da Cidade do Rio de Janeiro

RIOinlui - Obra Social da Cidade do Rio de Janeiro (OSCRJ)

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi)/ Ministério da Educação (MEC)

Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (Snpdca)/ Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República do Brasil

Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência (SNPD)/Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República do Brasil

Diagramação: Karina Rohde

Agradecimentos

Este guia foi escrito por Valerie Karr, PhD na Teachers College, Columbia University, especialista na área de educação infantil e deficiência.

O guia acompanha a publicação Todos podemos... é disso que se trata: uma explicação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, uma versão para crianças dessa Convenção da ONU. O desenvolvimento de ambos os materiais foi iniciado no UNICEF, sob a liderança do Setor de Proteção à Criança, com o apoio da Unidade de Participação e Desenvolvimento do Adolescente. O guia e o e a versão para crianças foram editados e produzidos pela Divisão de Comunicação do UNICEF.

O UNICEF gostaria de agradecer a Rosangela Berman Bieler e Sergio Meresman, do Instituto Interamericano sobre Deficiência e Desenvolvimento Inclusivo, pela revisão do guia. Também expressamos nosso agradecimento a várias outras pessoas que comentaram sobre os sucessivos rascunhos: Helen Schulte (UNICEF), Ravi Karkara (UNICEF), Shaila Parveen Luna (UNICEF), Lena Karlsson (UNICEF Innocenti Research Center – Centro de Pesquisas Innocenti do UNICEF), Cristina Gallegos (UNICEF), Jaclyn Tierney (UNICEF) e Carolina Hepp (UNICEF).

Os trabalhos abaixo inspiraram a criação deste guia, de diversas maneiras: Victor Santiago Pineda, fundador da Victor Pineda Foundation e autor do Todos podemos ... é disso que se trata; Katherine N. Guernsey e Joelle M. Balfé, coautoras de Human Rights. YES! (Direitos Humanos, SIM!, tradução livre) e Nancy Flowers, editora; Advocating Change Together (ACT) (Defendendo a Mudança Juntos, tradução livre) Minnesota, uma organização de luta pelos direitos das pessoas com deficiência, administrada por e para pessoas com deficiência de desenvolvimento e outras deficiências; Janet E. Lord, LLB, LLM, parceiro, BlueLaw International LLP e coautora de Human Rights. YES!: Action and advocacy on the rights of persons with disabilities (Direitos Humanos. SIM! Ação e defesa dos direitos de pessoas com deficiência, tradução livre), que revisou cuidadosamente Todos podemos ... é disso que se trata; Hugh Vesquez, M. Nell Myhand e Allan Creighton e Todos Institute (Instituto Todos), autores da obra Making Allies, Making Friends curriculum for making the peace in middle school (Fazendo Aliados, Fazendo Amigos: um currículo para estabelecer a paz no ensino médio, tradução livre) que inspirou as orientações para algumas das sessões participativas de aprendizado para jovens.

O UNICEF reconhece com gratidão o apoio generoso do Comitê Alemão para o UNICEF dado a este projeto.

© United Nations Children's Fund (UNICEF)

maio de 2009

É necessária permissão para reproduzir qualquer parte desta publicação. Entre em contato com o Departamento de Profissionais de Desenvolvimento, Divisão de Comunicação do UNICEF.

3 UN Plaza, Nova York, NY 10017, EUA

Tel.: (+1-212) 326-7434

Fax: (+1-212) 303-7985

E-mail: nyhdoc.permit@unicef.org

Será livremente concedida a permissão para organizações educacionais ou sem fins lucrativos. Outras serão solicitadas a pagar uma pequena taxa.

Ilustração de capa por Lea Nohemí Hernández

Projeto do livro por BlissDesign.com

ÍNDICE

Educação participativa de direitos humanos: Como usar este guia	2
Observações do mediador	3
Unidade I: Introdução aos direitos humanos e à deficiência.....	7
▪ Diversidade humana e direitos humanos	8
Valorizando diferenças	8
O que são direitos humanos?	10
▪ Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.....	15
Diagramas ilustrando a interdependência dos direitos	19
Modelo social de deficiência.....	21
Unidade II: Respeito pelo indivíduo	25
▪ Igualdade e não discriminação	26
Discriminação.....	27
Mitos e estereótipos.....	29
Respeito	31
Inclusão igualitária	32
▪ Prevenção contra a exploração, a violência e o abuso	35
Segurança	36
Violência e abuso	38
Congele! Acabando com a violência e o abuso.....	42
▪ Lar e família.....	45
Direito ao lar e à família	45
Apoio familiar.....	47
Unidade III: Inclusão na comunidade	50
▪ Acessibilidade e vida independente	51
Projeto de acessibilidade	52
Árvore da vida independente.....	55
▪ Educação	58
Alcançando as estrelas	59
Os valentões (Bullies)	61
Nossa sala de aula.....	64
Unidade IV: Mudança na sociedade.....	67
▪ Defesa e ação	68
Conscientização.....	69
O que é um defensor?	71
Planejamento de ações.....	73
Unidade V: Seus comentários são importantes!.	78
Principais termos usados neste guia	80
Recursos	
Folheto 1: Versão para crianças da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.....	83
Folheto 2: Diferentes tipos de capacidade	88
Anexo 1:	89

Educação participativa de direitos humanos:

Como usar este guia

Introdução

O objetivo deste guia de atividades de direitos humanos é tornar crianças e adolescentes, com e sem deficiência, capazes não só de se pronunciar a respeito da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD)¹, mas também de defender seus direitos e de tornar a sociedade mais inclusiva.

O guia foi criado para servir como um recurso para a publicação Todos podemos... é disso que se trata: uma explicação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, um resumo sobre a Convenção escrito especialmente para crianças. As atividades neste guia devem ser utilizadas por jovens líderes, companheiros educadores e professores para facilitar o aprendizado entre adolescentes de 12 a 18 anos sobre a Convenção e sobre como ela se aplica. O principal propósito deste guia é divulgar a ideia de que todas as crianças e jovens têm os mesmos direitos: com atitudes, apoio e confiança adequados, todas as pessoas podem levar uma vida plena e digna.

Observe que este guia não é a única fonte sobre a Convenção. Mais informações sobre os direitos que constam na Convenção podem ser encontradas em <www.un.org/disabilities>.

Foco da aprendizagem participativa

Este guia de atividades é destinado para o trabalho com crianças e adolescentes com e sem deficiência, para que esses se apropriem da temática dos direitos humanos e se tornem capazes de lutar por eles. As unidades e sessões podem ser usadas separadamente ou como um todo. Todos os participantes deverão ser encorajados a participar ativamente das atividades, e são bem-vindas as adaptações, propostas pelos mediadores, a fim de que o conteúdo deste guia seja acessível a todos. Gráficos visuais, desenhos e atividades práticas que incluam todos são partes importantes do processo da aprendizagem participativa.

Lembre-se de que o objetivo deste guia é que indivíduos e grupos se unam e explorem esses tópicos e questões, de maneira cooperativa, sem julgamentos, e que saibam encorajar ações efetivas para a mudança. Todos têm o direito a ter sua própria opinião, e diferenças individuais devem ser respeitadas.

¹ Disponível em português <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/publicacoes/convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia>>.

Observações do mediador

Respondendo a diferenças individuais

As crianças e os adolescentes não são todos iguais e podem trazer uma diversidade de conhecimentos, experiências e necessidades na formação de um grupo. A igualdade de oportunidades à participação é fundamental para se atender à diversidade, sabendo-se que algumas crianças e adolescentes precisarão de mais apoio e mais tempo que outros para participar.

Questões fundamentais a ser consideradas:

- Montar grupos tão diversos quanto possível, incluindo crianças com e sem deficiência e um equilíbrio de gênero e de representantes de outros grupos que vivenciam historicamente processos de exclusão de direitos.
- Garantir que o local escolhido para o desenvolvimento das atividades seja confortável e seguro para trabalhar em grupo, além de estar bem organizado, de forma a propiciar a força entre os membros.
- Permitir tempo suficiente para a interação pessoal e de grupo, de forma a garantir que os membros possam construir relações e amizades, começando a se sentir como uma equipe.
- Dar assistência às crianças e aos adolescentes que estiverem isolados, para que possam se juntar ao grupo, caso queiram.
- Respeitar sua vontade, caso não queiram interagir com outros, mas tentar facilitar sua participação.
- Garantir que todas as necessidades linguísticas sejam atendidas. Fornecer intérpretes de língua de sinais, caso seja necessário. Devem ser fornecidas descrições, seja de imagens, de materiais ou de situações, para crianças cegas ou com deficiência visual (consulte o Folheto 2, na página 88, para diferentes modos de comunicação).
- Simplificar a linguagem, especialmente para crianças com deficiência intelectual, para aqueles que são analfabetos ou têm um baixo grau de educação, bem como para crianças cuja primeira língua seja diferente da que está sendo falada.
- Garantir que todos os aspectos do programa sejam acessíveis a todas as crianças – desde jogos e atividades em grupo até discussões. Considerar as questões abaixo:
 - O local é acessível?
 - O prédio possui escadas ou entradas que possam não permitir o acesso de pessoas com cadeiras de roda?
 - Os banheiros são acessíveis para usuários de cadeiras de roda e crianças com dificuldades de mobilidade?
 - Haverá cadeiras e mesas para todos? As cadeiras são removíveis para permitir o acesso de pessoas com cadeiras de roda à mesa?
 - Você pode fornecer folhetos com tamanhos de letra maiores para crianças e adolescentes com deficiência visual?
 - A linguagem, os materiais e a metodologia empregados se adaptam às distintas

características, condições e situações dos meninos e meninas?

- A linguagem, os materiais e a metodologia estão culturalmente apropriados para todas as crianças do grupo?

Fonte: So you want to consult with children?: A tool kit of good practice (Então você quer consultar as crianças? Um kit de ferramentas de boas práticas, tradução livre), Save the Children, 2003.

Atitudes positivas

Nunca subestime o poder que você tem e sua capacidade de influenciar os outros. Sempre encoraje uma atitude positiva e de aceitação em um grupo, servindo de exemplo, demonstrando educação. O preconceito pode surgir facilmente em um grupo; então, uma atitude positiva é essencial. Os participantes podem trazer preconceitos e estereótipos de casa ou de amigos para o grupo. É importante lembrar que, se encontrar preconceito, você deve contestar o comentário... Atitudes preconceituosas devem ser tratadas de uma maneira firme e compreensiva que permita que todo o grupo aprenda a ser aceito. Tente reformular os comentários para enfatizar tanto uma atitude de aceitação como o valor da diversidade humana.

Aprendizagem participativa

As atividades neste guia são baseadas em uma abordagem de aprendizagem participativa. O mediador deve guiar as atividades e permitir que os grupos interajam ativamente na discussão e na aprendizagem. Lembre-se de que, quanto menores os grupos, mais participativo é o processo. Como valorizamos a diversidade humana, devemos deixar que todos tenham voz e devemos nos lembrar de ser flexíveis para possibilitar a participação dos jovens. O ideal é que os grupos não tenham mais de 15 participantes.

Deficiência no ciclo da vida

A sociedade é composta por indivíduos e grupos com costumes e comportamentos diversos. A deficiência é parte do ciclo de vida de todos e ela pode aparecer em diferentes momentos da vida.

Aqui estão alguns exemplos:

- um bebê que precisa ser segurado ou carregado em um carrinho, para mobilidade;
- um menino pequeno que não consegue alcançar o botão do seu andar no elevador;
- alguém com uma perna quebrada e engessada tentando subir as escadas;
- uma mulher em gravidez avançada tentando subir as escadas de um ônibus;
- um cidadão analfabeto procurando informações na Internet;
- um grupo de turistas que não fala a língua local;
- alguém que não consegue ler as letras pequenas nas instruções de uma prescrição médica;
- uma pessoa mais velha com artrite que não consegue segurar a maçaneta para abrir a porta.

Em geral, as pessoas enfrentam situações de impedimentos em uma sociedade que não está preparada ou que não aceita a diversidade. É preciso lembrar que o aspecto mais importante para uma vida independente é a capacitação dos indivíduos para que tomem suas próprias decisões e assumam suas responsabilidades. O uso de apoio para desempenhar tarefas diárias é considerado uma adaptação razoável para viabilizar o acesso: isso não deve ser visto como dependência. As

chaves para uma sociedade inclusiva são a aceitação e o apoio que garantem que os direitos humanos sejam acessíveis a todos.

Compreendendo a deficiência

Nossa compreensão a respeito da deficiência mudou ao longo do tempo. No passado, as pessoas com deficiência eram vistas como objetos de caridade e receptoras passivas de assistência social.

Essa visão está lentamente abrindo caminho para a construção de uma abordagem baseada nos direitos humanos, referente à pessoa com deficiência. Essa abordagem rejeita a ideia há muito estabelecida de que obstáculos à participação social das pessoas com deficiência surgem

“Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas”.

– Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, Artigo 1

inicialmente a partir de sua deficiência. Em vez disso, ela é focada em eliminar as barreiras criadas pela sociedade que impedem as pessoas com deficiência de gozar de seus direitos humanos em situação de igualdade com os outros. Essas barreiras incluem, por exemplo, atitudes negativas, práticas e políticas discriminatórias e ambientes inacessíveis. De acordo com essa nova abordagem, a deficiência é vista como uma questão social, que necessita de ações voltadas para a remoção das

barreiras citadas.

Essas barreiras constituem-se em impedimentos para a participação total e igualitária na sociedade. Eliminando-se barreiras comportamentais e ambientais – em oposição a tratar pessoas com deficiência como problemas a ser consertados – as pessoas com deficiência podem participar como membros ativos da sociedade e desfrutar da ampla variedade dos seus direitos.

A Convenção se refere às pessoas com deficiência que têm impedimentos sensoriais, intelectuais, mentais e físicos de longo prazo. Também pode tratar das pessoas com deficiência de curto prazo, que são privadas de seus direitos humanos.

Fonte: United Nations Enable, para detalhes consulte <www.un.org/disabilities>.

Inclusão não significa inserir pessoas com deficiência em estruturas existentes, mas sim transformar sistemas para que incluam a todos. Sociedades inclusivas implementam medidas para apoiar todas as crianças em casa, na escola, centros vocacionais, esportes e eventos culturais, bem como em suas comunidades. Quando existem barreiras, comunidades inclusivas transformam o modo como estão organizadas para atender às necessidades específicas das crianças.

Fonte: Children with Disabilities. Ending Discrimination and Promoting Participation, Development and Inclusion, Programme Guidance Note, UNICEF, 2007. (Crianças com Deficiência. Acabar com a Discriminação e Promover a Participação, Desenvolvimento e Inclusão, Observação de Orientação do Programa, tradução livre)

Dicas gerais para inclusão:

- Sempre trate crianças e adolescentes com respeito! Certifique-se de falar diretamente com eles e não com o pai ou intérprete.
- Responda às necessidades individuais e escute a pessoa.
- Respeite a privacidade. Se você tiver perguntas sobre as necessidades da pessoa ou o tipo de apoio que precisa, pergunte a ela em uma conversa particular. Nunca isole um indivíduo ou compartilhe suas informações privadas.
- Esteja aberto e seja flexível a mudanças. Dependendo das necessidades do seu grupo, algumas dessas atividades precisarão ser alteradas ou mudadas. Isso é bom. Lembre-se de que o objetivo geral da atividade é a inclusão e faça pequenas mudanças para incluir todos.
- Consulte os colegas e encoraje o trabalho em equipe. Em um grupo, quaisquer dificuldades podem ser superadas.
- Trate a todos com dignidade, respeito e cortesia. Certifique-se de não tratar com indulgência.
- Ofereça assistência, perguntando sempre à pessoa: a) “se” ela precisa ser assistida; b) “se” ela deseja ser assistida; c) “como” ela espera ser assistida. Não insista ou se sinta ofendido se a sua oferta não for aceita.
- Verifique se a configuração de trabalho do grupo permite que todos participem igualmente (de forma acessível).

Dicas adicionais para a inclusão de pessoas com diferentes tipos de deficiência podem ser encontradas no Anexo I (página 89).

Implicações práticas dos direitos humanos

Exercitar os direitos depende de circunstâncias sociais, econômicas e culturais. Em muitos países, os direitos humanos existem apenas no papel. É importante que possamos compreender as aplicações práticas dos nossos direitos humanos.

Se o mediador sentir que o grupo está preparado, discuta as circunstâncias sociais, econômicas e culturais que causam impacto sobre os direitos de crianças e adolescentes ao redor do mundo e compare essas circunstâncias com sua própria comunidade (ex.: crianças que vivem em áreas afetadas pela guerra, trabalho infantil, meninas não permitidas em escolas, crianças com deficiência, etc.).

Unidade I: Introdução aos direitos humanos e à deficiência



Ani Verdyan, S. Arménia

Diversidade humana e direitos humanos

Propósito e visão geral

Os participantes deverão revisar brevemente ou mesmo compreender a diversidade humana e os direitos humanos básicos, bem como, tomar conhecimento das convenções das Nações Unidas. O foco desta unidade está na compreensão e na conscientização básica. O objetivo das sessões é estabelecer uma relação entre os direitos humanos e o valor da diversidade humana.

Objetivos gerais

Ao final do módulo, os participantes serão capazes de:

- compreender o valor da diversidade humana;
- compreender os princípios básicos dos direitos humanos;
- compreender a função das Nações Unidas na garantia dos direitos humanos;
- compreender a função do governo local e das outras instituições, incluindo a comunidade.

Tempo sugerido

2 horas e 15 minutos

Sessões

A. Valorizando diferenças

B. O que são direitos humanos?

A. Valorizando diferenças

Breve descrição da sessão

Nesta sessão, os participantes vão compreender as diferentes capacidades e a importância de valorizá-las na formação de uma equipe.

Objetivo:

Ao final da sessão, os participantes serão capazes de identificar as diferentes capacidades individuais de cada membro do grupo e como trabalhar em conjunto para a transposição de barreiras. Deverão também ser capazes de compreender que todos têm capacidades únicas e diferentes.

Duração:

1 hora e 15 minutos.

Métodos da sessão:

Discussões em grupos pequenos, discussões amplas e apresentações em grupo grande.

Materiais:

Quadro-negro e giz ou bloco flip chart e canetas hidrocor.

Processo:

ETAPA 1: Atividade em grupo grande (10 minutos)

Divida o grupo em dois e peça aos membros para reagrupar as características abaixo, baseando-se nas diferenças ou semelhanças de cada componente do grupo:

- todos os que têm cabelos compridos/cabelos curtos;
- todos os meninos/meninas;
- todos os altos/baixos;
- todos os que gostam/não gostam de esportes;
- todos os que tocam/não tocam música;
- todos os tímidos/extrovertidos.

Observação do mediador: As mesmas pessoas vão se reagrupar de acordo com características diferentes. Esta atividade tem o objetivo de desenvolver uma compreensão e valorização da diversidade humana.

ETAPA 2: Discussão em grupo grande (10 minutos)

Discuta com todo o grupo que a diversidade é parte da vida humana. Todos têm diferenças, sejam elas relacionadas à cor, ao gênero, ao tamanho, à forma, à religião, à vizinhança ou a qualquer outra característica. Com a deficiência, ocorre o mesmo. Ela pode limitar a mobilidade de uma pessoa (capacidade de andar) ou sua capacidade de escutar, ver, sentir cheiro ou gosto, mas ela não limita os pontos fortes e as capacidades da pessoa. As diferenças em um grupo são valiosas. É nelas que nascem a criatividade e as novas ideias.

Conte a seguinte história:

Fátima tem 14 anos e tem uma deficiência visual. Ela frequenta a escola regular de sua comunidade com seus amigos, mas não tem um nível de visão suficiente para ler livros ou enxergar as figuras utilizadas em sala. Algumas vezes, sua professora escreve números e imagens no quadro, e ela não consegue ver. A melhor amiga de Fátima, Alya, senta-se próximo a ela na sala e descreve as imagens e as expressões faciais feitas pela professora. Alya também lê para Fátima e descreve as figuras dos seus livros para que Fátima possa participar plenamente da aula. Fátima é ótima em se lembrar de lições de história e ajuda Alya a se preparar para as provas. Alya também adora números e matemática. Como uma equipe, ambas as garotas têm um ótimo desempenho. Elas podem ajudar uma à outra na escola, utilizando suas capacidades da melhor maneira.

Observação do mediador: Essa é uma história fictícia para fins de discussão. Se desejar, use histórias pessoais.

ETAPA 3: Discussão em grupo pequeno (25 minutos)

Divida os participantes em grupos de quatro ou cinco. Peça aos grupos que pensem na história que acaba de ser compartilhada, sobre Fátima e Alya, além de pensar em outros dois exemplos de situações em que se esforçaram para concluir uma tarefa e alguém os ajudou a cumpri-la, usando o trabalho em equipe.

Peça aos participantes para listar todas as capacidades das pessoas que os ajudaram a cumprir a tarefa (a pessoa que precisava de assistência e a pessoa que prestou assistência) no bloco de flip chart. Por exemplo: ser bom com números, ouvir, desenhar, ler, dizer o que pensa, entre outros. Em seguida, peça-lhes que preparem uma discussão para trabalhar com o grupo grande.

ETAPA 4: Apresentações (25 minutos)

Peça a todos que retornem ao grupo grande. Faça com que cada grupo pendure seus papéis na frente da sala, apresentando, cada qual no seu turno, suas capacidades coletivas. Após cada apresentação, pergunte-lhes o que foi essencial para cumprir a tarefa. Dê aos participantes tempo para discutir e refletir sobre as listas.

ETAPA 5: Resumo (3 a 5 minutos)

Reitere que todo membro do grupo tem capacidades únicas; atuando em equipe e com apoio, toda pessoa pode ser um membro que contribui com o grupo.

Pontos principais

- Todos têm capacidades únicas e valiosas.
- Trabalhando juntas, as pessoas podem alcançar tudo o que querem.
- Garantindo-se os direitos e as oportunidades para todos, promove-se a capacidade.

B. O que são direitos humanos?

Breve descrição da sessão

Nesta sessão, os participantes vão aprender sobre o conceito de direitos humanos e sobre as convenções das Nações Unidas.

Objetivo:

Ao final da sessão, os participantes serão capazes de compreender o que são os direitos humanos bem como identificar alguns dos princípios de direitos humanos (ex. direitos humanos são para todos; não podem ser negados ou desrespeitados). Todos, também, deverão ter conhecimento sobre as Nações Unidas e o papel de suas convenções como leis internacionais.

Duração:

1 hora.

Métodos da sessão:

Discussões em grupos grandes e contribuição de ideias.

Materiais:

Quadro-negro e giz ou bloco de flip chart e canetas hidrocor.

Processo:

ETAPA 1: Discussão em grupo grande (25 minutos)

Escreva as citações abaixo em um bloco de flip chart, ou no quadro-negro, ou faça uma leitura em voz alta.

“a professora grita comigo e ela diz que sou um animal. Ela grita bem alto (...) e então ela imediatamente começa a me bater.”

Criança com uma deficiência, 12, Sudão. Fonte: Ending Legalised Violence Against Children, Global Report 2006, Global Initiative to End All Corporal Punishment of Children (Acabar com a Violência Legalizada Contra Crianças, Relatório Global 2006, Iniciativa Global para Acabar com Todas as Punições Corporais contra Crianças, tradução livre), 2006.

“Todas as noites, quando é hora de descansar minha cabeça, fico com muito medo de que eu possa ser perseguido por pessoas que foram mortas na guerra, especialmente amigos que estavam lutando na guerra ao meu lado.”

Jovem, 21, Libéria. Fonte: Voices of Youth (Vozes da Juventude), UNICEF; para detalhes consulte <www.unicef.org/voy/speakout/speakout_453.html>.

“[Eu desejo] poder participar de eventos, ir a algum lugar onde as crianças que não têm deficiência podem ir.”

Menina, 11, Letônia. Fonte: Innocenti Insight on Children and Disability in Transition in CEE/CIS and Baltic States (Percepção da Instituição Innocenti sobre Crianças e Deficiência em Transição no CEE/CIS e Estados Bálticos, tradução livre), UNICEF, 2005.

“Eu recebi punição corporal desde o dia em que entrei na escola. Agora eu estou acostumado com isso.”

Estudante do sétimo ano, Paquistão. Fonte: Ending Legalised Violence Against Children, Global Report 2006, Global Initiative to End All Corporal Punishment of Children, 2006. (Acabar com a Violência Legalizada Contra Crianças, Relatório Global 2006, Iniciativa Global para Acabar com Todas as Punições Corporais contra Crianças, 2006, tradução livre).

Fonte: Ending Legalised Violence Against Children, Global Report 2006, Global Initiative to End All Corporal Punishment of Children, 2006. (Acabar com a Violência Legalizada Contra Crianças, Relatório Global 2006, Iniciativa Global para Acabar com Todas as Punições Corporais contra Crianças, 2006, tradução livre).

Leia as citações acima em voz alta para o grupo e peça aos participantes que façam suas observações:

O que os depoimentos têm em comum?

As citações são testemunhos de crianças, adolescentes e jovens que tiveram experiências com injustiça, de diferentes formas. Algo lhes foi tirado e elas não se sentem seguras e a salvo. Elas não se sentem respeitadas e são discriminadas ou não têm a permissão de participar, seja na escola ou em outras atividades. Existe um nome para aquela “coisa” e se chama “direitos”.

Leia a definição ao lado e reveja os subitens de “Você sabia?”

Você sabia?

- Os direitos de cada pessoa devem ser reconhecidos e respeitados por todos.
- Os direitos humanos são parte de você. Todos nascem livres e iguais.
- Os direitos humanos pertencem a todos. Eles não precisam ser concedidos a você e não lhe podem ser negados. Ninguém pode lhe dizer que você não tem esses direitos.
- Os direitos humanos se relacionam uns com os outros. Eles não podem ser separados uns dos outros.
- Os direitos humanos não podem ser exercitados, se você não sabe que os tem!

Direitos Humanos:

Todas as pessoas no mundo estão protegidas por leis que defendem seus direitos e sua dignidade inerente (a dignidade com a qual todas as pessoas nascem). Ninguém pode ser excluído de ter acesso aos seus direitos. Por exemplo, todo ser humano tem direito à vida e à liberdade. Esses direitos estão afirmados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada por todos os Estados partes das Nações Unidas em 1948. Todas as crianças têm direito à alimentação e cuidados de saúde, direito de ir à escola e de ser protegidas contra o abuso e a violência. Crianças também têm o direito de dizer o que acham que deve acontecer quando os adultos estão tomando decisões que as afetam, e a ter sua opinião levada em consideração. Os direitos das crianças estão declarados na Convenção sobre os Direitos da Criança.

Fonte: It's about ability: an explanation of the Convention on the Rights of Persons with Disabilities, UNICEF, abril de 2008 (versão brasileira: Todos podemos... é disso que se trata: uma explicação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, UNICEF, Agosto de 2013).

Exemplos de direitos humanos

O direito à vida.

O direito de ir à escola.

O direito de viver de forma independente em uma comunidade.

O direito de viver em liberdade e segurança.

O direito de pertencer a um país.

O direito de ter opiniões, expressá-las e partilhá-las com outras pessoas.

O direito ao trabalho.

O direito à privacidade.

O direito à não discriminação.

O direito de ser tratado de forma justa em um tribunal de direito.

O direito de se casar e ter uma família.

Liberdade contra crueldade ou punição.

Liberdade contra violência e abuso.

ETAPA 2: Tempestade de ideias (15 minutos)

Peça aos participantes que nomeiem alguns direitos humanos e compartilhem experiências nas quais eles foram capazes (ou não) de cumprir um direito em suas comunidades. Liste ou desenhe os extremos entre ter e não ter um direito em um bloco de flip chart, quadro-negro ou cartolina. Dê exemplos de direitos humanos conforme necessário.

ETAPA 3: Discussão em grupo grande (20 minutos)

Explique ao grupo que todos vão aprender muito mais sobre direitos humanos e sobre como esses direitos

estão relacionados uns aos outros. Diga-lhes que as Nações Unidas oferecem uma plataforma para que os países desenvolvam acordos internacionais (também chamados de convenções) para proteger e estimular os direitos humanos das pessoas.

Explique que a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), adotada em 1989, é um resultado importante do trabalho das Nações Unidas para promover os direitos humanos. A Convenção foi a primeira a tornar os direitos da criança uma prioridade na luta global pelos direitos humanos. Os direitos na Convenção têm o objetivo de assegurar que as crianças tenham o que necessitam para crescer, se desenvolver e aprender em segurança e com boa saúde para que se tornem membros plenos em suas comunidades. A CDC deixa claro que todas as crianças têm os mesmos direitos, incluindo aquelas com deficiência!

Para garantir que pessoas com deficiência sejam tratadas da mesma maneira que outras pessoas, os Estados partes das Nações Unidas desenvolveram a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD). Para fazê-lo, tiveram a ajuda das próprias pessoas com deficiência e de suas organizações representativas.

A Convenção entrou em vigor (ex.: tornou-se uma lei internacional) em 3

O que é uma convenção?

Uma convenção é um acordo entre países para que eles obedeçam às mesmas leis sobre um assunto específico. Quando um país assina e ratifica (aprova) uma convenção, esta se torna uma regra e orienta as ações do governo. Geralmente, o governo ajusta ou cria suas próprias leis para apoiar os objetivos da convenção. A ratificação ocorre quando uma convenção ou acordo assinado é oficialmente aprovado por um país e se torna a lei naquele país.

Fonte: It's about ability: an explanation of the Convention on the Rights of Persons with Disabilities, UNICEF, abril de 2008 (versão brasileira: Todos podemos... é disso que se trata: uma explicação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, UNICEF, Agosto de 2013).

As Nações Unidas são uma organização internacional formada pelos governos de 193 Estados partes trabalhando juntos para trazer a paz e a justiça para o mundo. A ONU foi criada em 1945, para prevenir futuras guerras, proteger os direitos humanos e proporcionar um lugar para que todos os países possam se unir e discutir questões e problemas importantes que afetam todos.

Fonte: United Nations Guidelines on Justice in Matters Involving Child Victims and Witnesses of Crimes (Child-Friendly Version), United Nations Office on Drugs and Crime/ UNICEF, 2006. (Diretrizes das Nações Unidas sobre Justiça em Questões Envolvendo Crianças Vítimas e Testemunhas de Crimes (Versão para Crianças), Escritório das Nações Unidas contra a Droga e o Crime/ UNICEF, tradução livre)

de maio de 2008. Ela protege e promove os direitos humanos de todas as pessoas com deficiência, incluindo crianças e adolescentes.

Globalmente, a CDC e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência proporcionam um sólido enquadramento jurídico para assegurar que as crianças com deficiência possam ir à escola, brincar e participar de atividades inerentes a todas as crianças. A CDC lista todos os direitos das

crianças. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência reafirma esses direitos para as crianças (e adultos) que vivem com deficiência e define quais as ações que os governos devem implementar para que as crianças (e adultos) com deficiência possam garantir seus direitos.

Pontos principais

- Pessoas com deficiência, incluindo crianças, são geralmente privadas de seus direitos.

- Os direitos humanos existem para todos, independentemente das diferenças entre as pessoas.
- Os direitos humanos estão interligados. Eles afetam um ao outro e não podem ser separados.
- As convenções das Nações Unidas são leis internacionais que os países podem assinar ou ratificar. Os países que ratificaram (aprovaram) uma convenção prometeram segui-la e são obrigados a rever e revisar, conforme necessário, suas próprias leis nacionais, para se certificar se elas estão em conformidade com os objetivos da Convenção.

Fontes adicionais:

www.un.org/rights/dpi1774e.htm

www.un.org/millennium/law/treaties.htm

www.unicef.org/crc/

Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD)

Propósito e visão geral

Os participantes deverão revisar ou se tornar familiarizados com os princípios da Convenção e do modelo social de deficiência. **Objetivos gerais**

Ao final do módulo, os participantes serão capazes de:

compreender os princípios da Convenção;

- compreender a inter-relação entre os direitos humanos;
- compreender os diferentes tipos de visões em relação à deficiência.

Tempo sugerido

3 horas e 5 minutos

Sessões

A. Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

B. Diagramas ilustrativos da interdependência dos direitos

C. Modelo social de deficiência

A. Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

Breve descrição da sessão

Esta sessão tem o objetivo de apresentar aos participantes os direitos das pessoas com deficiência, incluindo crianças com deficiência.

Objetivo:

Até o final da sessão, os participantes serão capazes de explicar tanto os objetivos da Convenção como as razões que levaram à elaboração de um acordo internacional separado para pessoas com deficiência, incluindo crianças, além de serem capazes de exemplificar os modos de promoção dos direitos humanos.

Duração:

1 hora e 20 minutos.

Métodos da sessão:

Apresentação em grupo grande, discussão e atividade em grupo pequeno.

Materiais:

Bloco de flip chart, canetas hidrocor coloridas ou tinta, e o Folheto 1: Versão para crianças da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (páginas 83-87).

Processo:

ETAPA 1: Introdução (20 minutos)

Apresente a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência como uma convenção das Nações Unidas que protege e promove os direitos humanos e liberdades fundamentais das pessoas com deficiência, incluindo crianças. Pergunte aos participantes por que eles acham que foi necessária uma convenção separada, quando outras convenções estavam em vigor para proteger e promover os direitos humanos de todas as pessoas. Informe que a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) se aplica a todas as crianças, incluindo as com deficiência, e que a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência se expande sobre os direitos descritos na CDC.

Discuta o poema e use a informação da caixa como um dado adicional para a discussão.

Eu não tenho pernas,
tenho sentimentos,
Eu não posso ver,
E penso o tempo todo,
Sou surda,
E quero me comunicar,
Por que as pessoas me veem como inútil, sem pensamentos, sem voz,
Quando sou tão capaz quanto qualquer outro,
De refletir sobre o nosso mundo

— Coralie, Severs, 14, Reino Unido

Folheto 1: Versão para crianças da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência nas páginas 87-91.

Enfatize que todos os artigos na Convenção são indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados, o que significa que eles estão estreitamente conectados um ao outro e não podem ser separados. Explique que alguns artigos são gerais e se aplicam amplamente a toda a Convenção e alguns artigos são específicos, como o direito à educação e ao trabalho. Perceba que, embora os artigos da Convenção se apliquem tanto a crianças quanto a adultos, ela também inclui um artigo específico dedicado apenas a crianças – Artigo 7.

Crianças com deficiência e suas famílias continuam a ser confrontadas com desafios diários que comprometem o gozo de seus direitos. A discriminação e a exclusão relacionadas às deficiências ocorrem em todos os países, em todos os setores da sociedade e em todas as camadas econômicas, políticas, religiosas e culturais. Crianças com deficiência e suas famílias podem ser discriminadas de forma direta, indireta ou, de modo simultâneo, direta e indiretamente. A discriminação direta ocorre quando uma criança com uma deficiência é deliberadamente tratada de forma diferente de como se trata uma criança sem deficiência, com base na sua deficiência. A discriminação indireta ocorre quando práticas ou políticas que, aparentemente, demonstram não discriminar crianças com deficiência, têm, de fato, em sua prática, impactos discriminatórios, resultando na negação de certos direitos humanos.

Fonte: Promoting the Rights of Children with Disabilities, Innocenti Digest No. 13, UNICEF (Promovendo os Direitos das Crianças com Deficiência, Sumário Innocenti Nº 13, tradução livre)

Artigos gerais:

Artigo 1: Propósito

Artigo 2: Definições

Artigo 3: Princípios gerais

Artigo 4: Obrigações gerais

Artigos amplos:

Artigo 5: Igualdade e não discriminação

Artigo 6: Mulheres com deficiência

Artigo 7: Crianças com deficiência

Artigo 8: Conscientização

Artigo 9: Acessibilidade

Artigos específicos:

Artigo 10: Direito à vida

Artigo 11: Situações de risco e emergências humanitárias

Artigo 12: Reconhecimento igual perante a lei

Artigo 13: Acesso à justiça

Artigo 14: Liberdade e segurança da pessoa

Artigo 15: Prevenção contra tortura ou tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes

Artigo 16: Prevenção contra a exploração, a violência e o abuso

Artigo 17: Proteção da integridade da pessoa

Artigo 18: Liberdade de movimentação e nacionalidade

Artigo 19: Vida independente e inclusão na comunidade

Artigo 20: Mobilidade pessoal

Artigo 21: Liberdade de expressão e de opinião e acesso à informação

Artigo 22: Respeito à privacidade

Artigo 23: Respeito pelo lar e pela família

Artigo 24: Educação

Artigos 25 e 26: Saúde, habilitação e reabilitação

Artigo 27: Trabalho e emprego

Artigo 28: Padrão de vida e proteção social adequados

Artigo 29: Participação na vida política e pública

Artigo 30: Participação na vida cultural e em recreação, lazer e esporte

Note que a Convenção tem 50 artigos ao todo. Os artigos 1 a 30 são sobre os direitos das pessoas

Artigo 7 – Crianças com deficiência

Os governos concordam em adotar medidas necessárias para que as crianças com deficiência possam desfrutar de todos os direitos humanos e liberdades em igualdade de condições com as demais crianças. Eles também concordam em assegurar que as crianças com deficiência possam expressar livremente seus pontos de vistas sobre todas as decisões que as afetam. O que é melhor para cada criança deve sempre ser considerado prioritário.

Fonte: It's about ability: an explanation of the Convention on the Rights of Persons with Disabilities, UNICEF, abril de 2008 (versão brasileira: Todos podemos... é disso que se trata: uma explicação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, UNICEF, Agosto de 2013).

com deficiência e as medidas que os governos devem tomar para protegê-las. Já os artigos 31 a 50 são sobre como os governos e a sociedade civil (incluindo as organizações que representam crianças e jovens) devem trabalhar juntos para assegurar que todas as pessoas com deficiência tenham todos os seus direitos garantidos.

O artigo 35, por exemplo, estabelece que os governos que ratificaram a Convenção devem monitorar seu progresso de modo a cumprir suas promessas. Devem documentar, por meio de um relatório, tanto seu progresso como as medidas por eles tomadas. Pessoas com deficiência, incluindo-se crianças, têm o direito de participar desse relatório. Um comitê das Nações Unidas (Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência) vai rever esses relatórios e proporcionar aos países a orientação sobre ações adicionais, visando implementar as disposições da Convenção e, então, proteger melhor os direitos das pessoas com deficiência.

ETAPA 2: Atividade em pequenos grupos (30 minutos)

Divida os participantes em quatro ou cinco grupos e distribua blocos de flip chart e canetas hidrocor ou tinta. Designe uma seção de direitos para cada grupo. Peça-lhes que discutam e desenhem ou pintem exemplos de alguém com esses direitos negados, em um lado do papel. Então peça-lhes para discutir e desenhar um exemplo de alguém gozando desses direitos, no outro lado do papel. Diga-lhes que essas figuras serão exibidas na sala, na escola, no centro ou na comunidade, a fim de se mostrar que todos têm esses direitos.

ETAPA 3: Discussão em grupo grande (30 minutos)

Peça aos participantes para apresentar seus desenhos ao restante do grupo. Devem mostrar, primeiramente, o desenho que ilustra a experiência de negação do direito; em seguida, apresentarão o desenho que ilustra a vivência desse mesmo direito. Pergunte o seguinte:

- Como a criança ou as crianças obtiveram acesso aos seus direitos?
- Que barreiras precisou/precisaram transpor para acessar os seus direitos?
 - Exemplos: mudando atitudes negativas, obtendo o apoio da comunidade ou do governo, usando o trabalho em equipe ou educando outros.

Afixe esses desenhos como um mural de direitos na comunidade ou escola, visando à conscientização de todos.

Observação do mediador: Se os estudantes estiverem tendo dificuldades para encontrar exemplos, peça a eles para pensarem em coisas que fazem todos os dias. Eles brincam? Vão à escola? Vivem em casa? Vão ao médico quando ficam doentes? Lembre-os de que esses são seus direitos, mas que, às vezes, são negados a algumas pessoas. Peça-lhes que desenhem alguns desses exemplos.

Pontos principais

- Crianças e jovens com deficiência devem ter seus direitos garantidos em todo o mundo.
- Esteja preparado para responder às perguntas e dar exemplos de acesso aos direitos em relação a diversos grupos (direitos dos idosos, crianças, mulheres, etc.).

B. Diagramas ilustrando a interdependência dos direitos

Breve descrição da sessão

O objetivo desta sessão é viabilizar a compreensão sobre como os direitos humanos estão relacionados.

Objetivo:

Até o final da sessão, os participantes deverão compreender como os direitos humanos são baseados nas necessidades humanas e o efeito negativo quando esses direitos são negados.

Duração:

1 hora.

Método da sessão:

Discussão em grupo grande.

Materiais:

Diagramas dos direitos desenhados em bloco de flip chart ou em quadro-negro.

Processo:

ETAPA 1: Introdução (5 minutos)

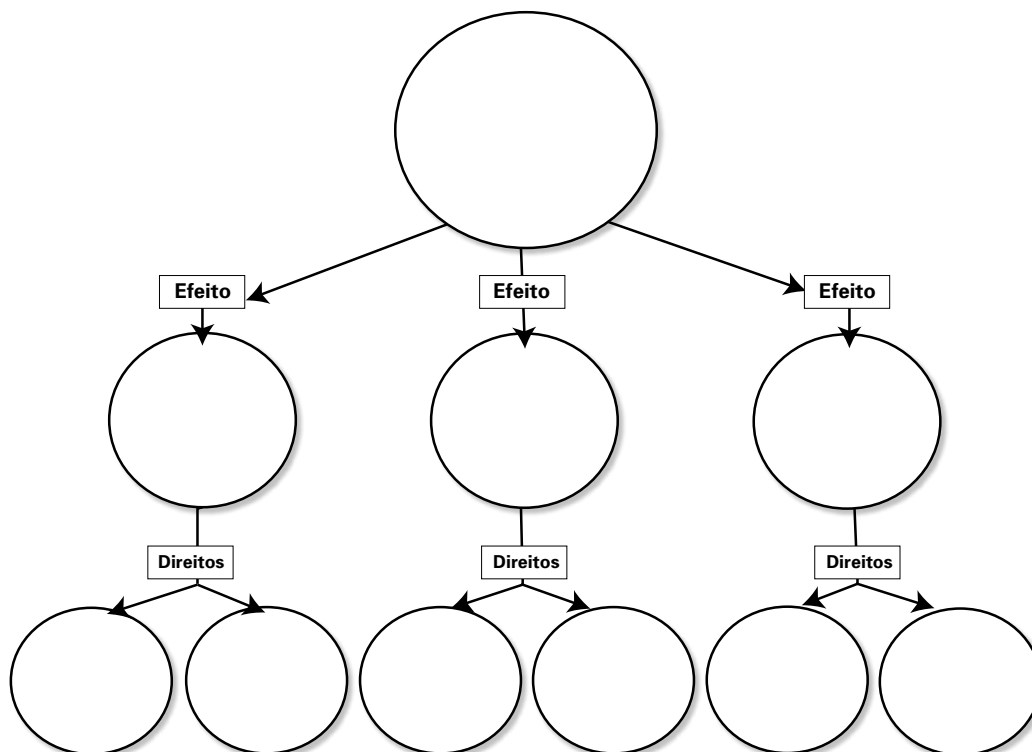
Apresente a atividade fazendo a observação de que os direitos humanos são baseados nas necessidades humanas e que todos têm e necessitam ter acesso a esses direitos. Explique que esta atividade ajudará a todos na compreensão de como os direitos estão relacionados e que negar um direito pode acarretar muitos efeitos negativos.

ETAPA 2: Demonstração (40 minutos)

Demonstre como o diagrama funciona:

1. Escreva um direito humano da CDPD no centro do círculo grande, no topo do diagrama (ex.: direito à educação).
2. Pergunte: "Se este direito for negado, quais são os três efeitos possíveis?" Escreva três efeitos quaisquer mencionados, em círculos nomeados de "efeito".
3. Para cada um dos três efeitos (ex.: não ser capaz de ler), pergunte "Que direitos humanos seriam negados por este efeito?" (ex.: direito a trabalho devido à incapacidade de ler e preencher uma ficha de inscrição de emprego).
4. Complete dois ou três diagramas de direitos.

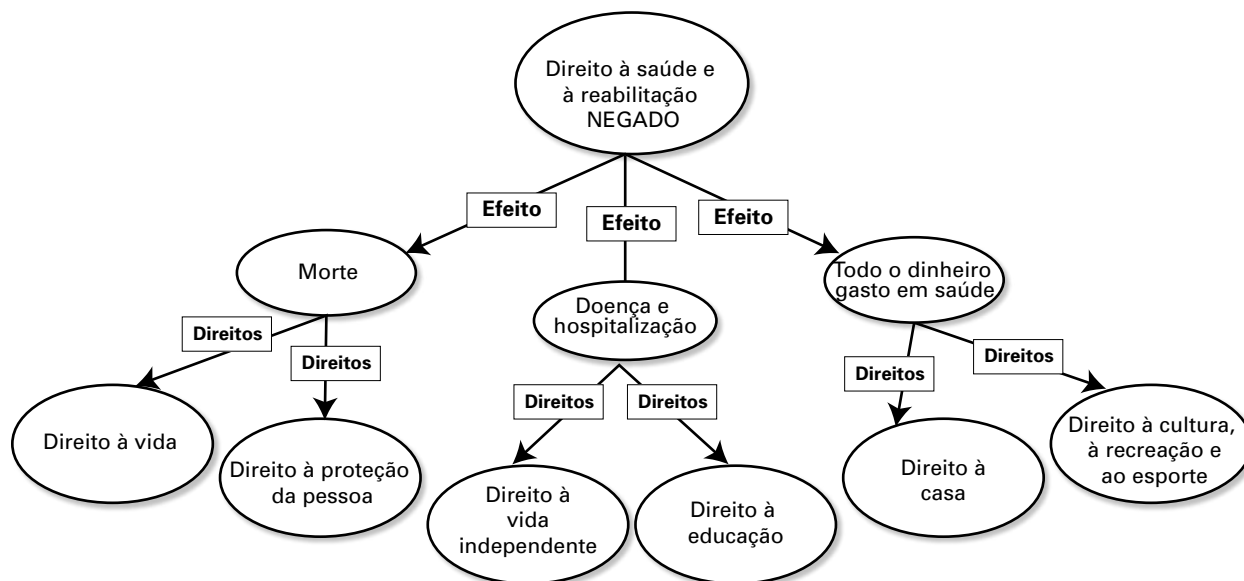
Diagrama de Direitos



Exemplo:

Saúde e reabilitação

Você tem o direito à mesma variedade e qualidade de assistência médica gratuita ou acessível conforme o fornecido às outras pessoas. Você também tem o direito a serviços de saúde específicos caso tenha uma deficiência.



ETAPA 3: Discussão em grupo grande (15 minutos)

Discuta os exemplos e pergunte o seguinte:

- O que acontece quando um direito é negado?
- Qual é o efeito mais negativo?
- O que essa atividade nos mostra com relação à interdependência de direitos?

Fonte: "Human Rights. YES!, Action and advocacy on the rights of persons with disabilities", Human Rights Resource Center, 2007; (Direitos Humanos. SIM!, Ação e defesa sobre os direitos das pessoas com deficiência, Centro de Recursos de Direitos Humanos, 2007, tradução livre); para detalhes consulte <www.humanrightsyes.org>.

Pontos fundamentais

- Todos os direitos estão relacionados.
- Negar um direito pode levar à negação de outros direitos.

C. Modelo social de deficiência

Breve descrição da sessão

Esta sessão tem o objetivo de apresentar aos participantes as antigas visões sobre pessoas com deficiência, bem como o modelo social de deficiência em que a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência se baseia.

Objetivo:

Até o final da sessão, os participantes serão capazes de explicar o modelo social de deficiência.

Duração:

45 minutos.

Métodos da sessão:

Apresentação e discussão em grupo grande.

Materiais:

Quadro-negro e giz ou bloco de flip chart e canetas hidrocor.

Processo

ETAPA 1: Discussão em grupo grande (40 minutos)

Comece com a declaração a seguir:

Todos são diferentes, seja essa diferença relacionada a sua cor, se você é menino ou menina, a seu tamanho, a sua forma ou qualquer outra coisa. No caso da deficiência, acontece o mesmo. Ela pode limitar a capacidade de uma pessoa de ouvir, andar, ou afetar o modo como a pessoa compreende as coisas. Mas, independentemente das nossas diferenças, somos seres humanos. A deficiência não altera os direitos que uma pessoa tem como ser humano. É apenas uma das muitas diferenças existentes entre os seres humanos.

Coloque os termos abaixo em três pedaços de bloco de flip chart e discuta:

- Modelo médico de deficiência (2 a 5 minutos)
- Modelo filantrópico de deficiência (2 a 5 minutos)
- Modelo social de deficiência (10 a 12 minutos)

Utilize uma tabela com três colunas, dando alguns exemplos de cada modelo, e deixe que as crianças completem a tabela com seus próprios exemplos.

Observação do mediador: Certifique-se de gastar mais tempo na discussão do modelo social de deficiência e menos tempo nos outros dois modelos.

Pergunte aos participantes o significado desses termos. Discuta o que eles realmente significam, usando as definições abaixo. Enfatize que a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência é baseada no modelo social de deficiência e que, ao remover as barreiras físicas e sociais, todas as pessoas podem participar ativamente da vida e ser membros bem-vindos e contribuintes da sociedade. É importante lembrar dos modelos antigos relacionados à deficiência, a fim de se aprender com os erros do passado e se mover em direção a um mundo igualitário.

Modelo médico de deficiência

É comum a visão de que a deficiência é um problema médico que precisa ser resolvido ou uma doença que precisa ser “curada”. Esse modelo insinua que a pessoa com deficiência está doente ou “quebrada” e que precisa ser curada ou “consertada”. Muitas pessoas tentam consertar a deficiência usando intervenções médicas como solução. Elas não enxergam a deficiência como resultante de uma barreira entre a sociedade ou ambiente físico. Em vez disso, o fardo recai sobre o “problema” da pessoa e sobre consertá-lo.

- Deficiência é ruim.
- Deficiência é um problema pessoal – a deficiência está em você e é problema seu.
- Minimizar os problemas é curar a pessoa ou torná-la o menos deficiente possível.
- Apenas profissionais podem ajudar uma pessoa com deficiência a se encaixar e ser aceita na sociedade.



Pergunte aos participantes o seguinte:

- Até que ponto o modelo médico de deficiência pode ser prejudicial a pessoas com deficiência?
- Como o modelo médico apoia os direitos das pessoas com deficiência?
- O modelo médico promove respeito?

Modelo filantrópico de deficiência

É comum a visão de que as pessoas com deficiência são impotentes e precisam que tomem conta delas. É muito mais fácil que as pessoas sintam pena ou compaixão por pessoas com deficiência, em vez de tentar superar seu medo ou desconforto. Pessoas com deficiência são como todas as outras e NÃO precisam de caridade. Elas têm o direito de ser tratadas igualmente.



Pergunte aos participantes o seguinte:

- Como o modelo filantrópico de deficiência pode ser prejudicial às pessoas com deficiência?
- Como o modelo filantrópico respalda os direitos das pessoas com deficiência?
- O modelo filantrópico promove o respeito? Fomenta a autonomia?

Modelo social de deficiência

Este modelo visa eliminar as barreiras criadas pela sociedade ou pelo ambiente físico, as quais limitam uma pessoa no acesso a seus direitos. Isso inclui promover atitudes positivas, mudar o ambiente para que seja acessível a todos e fornecer informações de modo que todos possam compreender.

- A deficiência é apenas uma diferença, assim como o gênero (ser menino ou menina) ou a raça.
- Ter uma deficiência não é bom ou ruim; é apenas parte de quem você é.
- Os direitos são negados quando a pessoa com deficiência vive em uma sociedade inacessível.
- Para que as pessoas com deficiência tenham acesso aos seus direitos, precisamos mudar nossa sociedade, implementando novas atitudes em relação à deficiência, integrando-as às normas sociais já existentes e, sobretudo, tornando todas as construções acessíveis.
- Essas mudanças são uma responsabilidade do governo, mas também podem ser desencadeadas e promovidas, por exemplo, pelos próprios adultos e jovens com deficiência, pelos pais de crianças com deficiência, outros defensores das pessoas com deficiência e organizações dos direitos da criança.

- Um projeto arquitetônico acessível pode beneficiar muitas pessoas, incluindo mulheres grávidas, crianças muito pequenas, pessoas idosas, entregadores de mercadorias e carregadores de cargas pesadas.

Pergunte aos participantes o seguinte:

- Qual a diferença entre o modelo social de deficiência e os modelos médico e filantrópico?
- Como o modelo social apoia os direitos das pessoas com deficiência?
- O modelo social promove o respeito? Fomenta a autonomia?



Fonte: "Human Rights. YES! Action and advocacy on the rights of persons with disabilities", Human Rights Resource Center, 2007 and Kids As Self Advocates; (Direitos Humanos. SIM! Ação e defesa dos direitos das pessoas com deficiência, Centro de Recursos de Direitos Humanos, 2007, tradução livre) e Crianças como seus próprios defensores; para detalhes consulte < www.humanrightsy.es.org > e < www.familyvoices.org/fvkasa_org/resources/files/history-model.html >.

ETAPA 2: Resumo (5 minutos)

Reveja brevemente os três modelos relacionados à deficiência. Enfatize o modelo social de deficiência e a possibilidade de todos mudarem suas atitudes e ajudarem a tornar o ambiente físico mais acessível. Declare que os participantes aprenderão mais sobre atitudes e acessibilidade em atividades futuras.

Pontos fundamentais

- A Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência é baseada no modelo social de deficiência.
- A deficiência é uma diversidade humana.
- A sociedade precisa se adaptar, a fim de tornar a vida mais acessível para todos.
- Ainda podemos mudar nossa visão e a de outras pessoas com relação à deficiência.

Fonte adicional: In the Picture, para detalhes consulte < www.childreninthepicture.org.uk/au_socialmodel.htm >.

Unidade II: Respeito pelo indivíduo



Lea Nohermi Hernández, 25, Nicaragua

Igualdade e não discriminação

Artigo 4: Obrigações gerais

Não devem existir leis que discriminem pessoas com deficiência. Se necessário, os governos devem criar novas leis para proteger os direitos das pessoas com deficiência e colocar essas leis em prática. Se leis antigas ou tradições discriminam pessoas com deficiência, os governos devem encontrar maneiras de mudá-las. Para desenvolver novas leis e políticas, os governos devem buscar aconselhamento de pessoas com deficiências, incluindo crianças.

Fonte: It's about ability: an explanation of the Convention on the Rights of Persons with Disabilities, UNICEF, abril de 2008 (versão brasileira: Todos podemos... é disso que se trata: uma explicação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, UNICEF, Agosto de 2013).

Artigos 5 e 6: Igualdade, não discriminação e gênero

Os governos reconhecem que todas as pessoas têm o direito de ser protegidas pela lei e que as leis de um país se aplicam a todos que vivem nele. Os governos sabem que mulheres e meninas com deficiência enfrentam muitos tipos diferentes de discriminação e concordam em proteger os seus direitos humanos e suas liberdades.

Fonte: It's about ability: an explanation of the Convention on the Rights of Persons with Disabilities, UNICEF, abril de 2008 (versão brasileira: Todos podemos... é disso que se trata: uma explicação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, UNICEF, Agosto de 2013).

Um exemplo de igualdade

Todos têm direito à educação. Se livros são usados na escola, os governos devem fornecer o texto em fonte grande, Braille ou em formato digital acessível para pessoas com deficiência visual, dependendo de suas necessidades. Isso permitirá que cada pessoa tenha, igualmente, acesso à informação contida nos livros.

Propósito e visão geral

As sessões abaixo são designadas a apresentar aos participantes o valor da igualdade e da não discriminação. As atividades são designadas visando obter-se uma compreensão básica sobre os conceitos e a inter-relação existente entre igualdade, não discriminação e respeito.

Objetivos gerais

Ao final desta sessão, os participantes serão capazes de:

- compreender o conceito de discriminação;
- compreender mitos e estereótipos comuns relacionados à deficiência;
- compreender os princípios de igualdade;
- compreender o conceito de respeito para todos em alcançar princípios inclusivos;
- identificar maneiras de criar condições para que todas as pessoas vivam a vida plenamente e com dignidade.

Tempo sugerido

4 horas e 10 minutos

Sessões

- A. Discriminação
- B. Mitos e estereótipos
- C. Respeito
- D. Inclusão igualitária

A. Discriminação

Breve descrição da sessão

Nesta sessão, os participantes vão explorar o conceito de discriminação e os sentimentos a ela associados.

Objetivo:

Ao final desta sessão, os participantes serão capazes de identificar diferentes tipos de discriminação. Discutirão sobre a raiz desse problema (desinformação e estereótipos) e seus consequentes maus-tratos. Também compreenderão que têm a responsabilidade de não discriminar e de evitar a discriminação contra outros, de uma maneira segura.

Duração:

1 hora e 20 minutos.

Métodos da sessão:

Atividade em grupos pequenos e discussão em grupo grande.

Materiais:

Nenhum material será necessário.

Processo

ETAPA 1: Introdução (5 minutos)

Explique ao grupo que “discriminação por motivo de deficiência” significa que as pessoas não são tratadas de forma justa ou que são excluídas porque têm deficiência. A discriminação promove um ciclo de abuso e maus-tratos que pode resultar na opressão de um grupo de pessoas.

Informe ao grupo que muitas pessoas já se sentiram discriminadas devido ao seu gênero, idade, raça, religião, etnia, linguagem, orientação sexual ou deficiência e que essa atividade vai explorar alguns dos sentimentos associados à discriminação. Explique que as pessoas podem pertencer a diversos grupos e que grupos não são categorias fechadas que definem uma pessoa. Essa atividade é para identificar percepções errôneas comuns quando as pessoas são identificadas apenas por um grupo. É importante lembrar, durante essa atividade, que somos todos indivíduos únicos, e que tratar as pessoas com equidade combate a discriminação.

ETAPA 2: Atividade em grupo pequeno (45 minutos)

Peça aos participantes que para formem grupos de quatro ou cinco pessoas. Peça que cada grupo faça o seguinte:

1. Pense em um grupo ao qual você pertence (se você quiser discutir a participação em vários grupos, também é possível). Você é homem ou mulher? Tem alguma deficiência? Pertence a algum grupo religioso?
2. O que você sente quando se lembra de que pertence a esse grupo? (orgulho, sofrimento, incerteza).
3. Partilhe com o grupo pequeno as qualidades positivas sobre o seu grupo. O que as pessoas geralmente não sabem sobre o seu grupo?
4. Partilhe com o grupo pequeno algumas maneiras como o seu grupo é discriminado ou maltratado.
5. Pense sobre como esse tratamento afetou você. Em que os outros acreditavam quando maltrataram você e o seu grupo? Qual era o nível de desinformação dessas pessoas?
6. O que você deseja que nunca aconteça novamente às pessoas do seu grupo?
7. De que modo você pode mostrar às pessoas as qualidades positivas do seu grupo?

ETAPA 3: Discussão em grupo grande (30 minutos)

Peça que os participantes retornem ao grupo grande para uma discussão. Peça-lhes que partilhem algumas das histórias relatadas no grupo pequeno. Destaque o seguinte:

- O que você aprendeu de importante sobre os outros grupos?
- As pessoas com deficiência fazem parte de um grupo que é discriminado.
- As pessoas geralmente discriminam as outras porque elas estão desinformadas e possuem visões estereotipadas.
- Diga ao grupo que eles agora são responsáveis por si próprios, para que não discriminem e para que pensem em maneiras seguras de evitar que outros sofram discriminação.

Pontos fundamentais

- Pessoas com deficiência geralmente são discriminadas.
- Negar a alguém seus direitos humanos é discriminação.
- Encoraje a responsabilidade na prevenção da discriminação, mas sempre enfatize a segurança na ação, não a violência.

B. Mitos e estereótipos

Breve descrição da sessão

O objetivo desta sessão é ajudar o grupo a compreender os estereótipos que existem com relação às pessoas com deficiência e como isso afeta a vida delas.

Objetivo:

Ao final desta sessão, os participantes vão compreender alguns de seus próprios mitos e estereótipos sobre pessoas com deficiência.

Duração:

1 hora.

Métodos da sessão:

Discussão em grupo grande e atividades em grupos pequenos.

Materiais:

Fotografia, quadro-negro e giz ou bloco de flip chart e canetas hidrocor.

Processo

ETAPA 1: Introdução e atividade em grupo pequeno (25 minutos)

Discuta sobre o que é a discriminação e se as pessoas geralmente sofrem com relação a esse problema devido a ideias errôneas ou a expectativas que têm das demais pessoas. Peça que um membro do grupo leia o campo de “discriminação por motivo de deficiência” para o grupo.

Peça aos participantes que formem grupos de quatro ou cinco pessoas e que coletem histórias ou imagens, sejam negativas sejam positivas, sobre discriminação na mídia (jornais, revistas), em histórias em quadrinhos, livros escolares, etc.

Observação do mediador: As histórias e imagens podem incluir gráficos de discriminação contra qualquer um na sociedade (crianças, adultos, pessoas com deficiência, idosos, etc.).

Peça ao grupo que considere os pontos de discussão abaixo:

- Pense nos grupos diferentes que fazem parte da sua escola ou comunidade.
- Pense nos diferentes mitos e estereótipos positivos e negativos que existem na sua escola ou comunidade.
- Discuta exemplos de experiências em que o fato de ser diferente ou fazer parte de um grupo minoritário o levou à discriminação positiva ou a privilégios na sua escola ou comunidade.
- Discuta como essas situações causam impacto sobre os indivíduos e sobre o grupo como um todo.

“Discriminação por motivo de deficiência” significa que as pessoas não são tratadas com justiça ou são excluídas por ter uma deficiência ou por fazer as coisas de maneira diferente.

ETAPA 2: Discussão em grupo grande (25 minutos)

Apresente o conceito de igualdade de oportunidades como ensinamento de que todas as pessoas têm direitos iguais.

Observação do mediador: Você pode aproveitar a situação de diferentes animais (elefante, foca, macaco, gato e peixe, para avaliar o gráfico) tentando subir em uma árvore, para levantar questões sobre diversidade, igualdade e equidade. Está claro que a tarefa dada a todos os animais é a mesma, mas seus atributos individuais podem variar. Alguns animais podem ter facilidade em subir e outros podem não ser capazes de fazê-lo. Quando pensamos em inclusão, é importante sermos sensíveis às necessidades e capacidades de outras pessoas, de modo a proporcionar igualdade de oportunidades.

Outros exemplos podem ser usados para facilitar uma compreensão sobre o conceito. Se você estiver usando gráficos e o grupo incluir crianças que são cegas ou têm visão limitada, lembre-se de descrever a imagem. Você pode pedir às crianças que discutam outros exemplos de igualdade de oportunidades coletadas por elas durante sua experiência de vida.

Exemplos:

- Um bebê precisa de sua mãe para ser alimentado, a fim de que ele possa viver e crescer, tornando-se independente.
- Uma criança precisa usar óculos para poder ler como as outras e ter a mesma oportunidade de aprender.

Peça aos participantes que apresentem outros exemplos que mostrem diferentes formas de participação nas atividades sociais e salientem como isto pode ser providenciado, a fim de que as pessoas tenham igualdade de direitos e de oportunidades.

ETAPA 3: Resumo (5 a 10 minutos)

Discuta como os mitos e estereótipos por trás da discriminação causam impacto sobre os direitos de todos aqueles que sofrem este problema, incluindo pessoas com deficiência. Enfatize que as visões sociais mudaram ou precisam mudar. É nossa responsabilidade pessoal não promover estereótipos e tratar a todos com respeito, como membros iguais da sociedade.

Exemplos de mitos e estereótipos sobre pessoas com deficiência

Pessoas com deficiência:

- não podem viver por conta própria;
- são dignas de pena;
- são indefesas;
- são amaldiçoadas/ a deficiência é maligna;
- não podem aprender ou ir à escola;
- devem ficar em casa;
- nunca serão capazes de trabalhar;
- precisam ser curadas;
- não podem praticar esportes;
- nunca vão se casar ou ter filhos;
- são burras;
- não são sexualmente ativas;
- são eternas crianças.

Fonte: "Human Rights. YES!, Action and advocacy on the rights of persons with disabilities", Human Rights Resource (Direitos Humanos. SIM!, Ação e defesa dos direitos das pessoas com deficiência, Centro de Recursos de Direitos Humanos, 2007, tradução livre) para detalhes consulte <www.humanrightsy.es.org>.

C. Respeito

Breve descrição da sessão

Nesta sessão, os participantes vão explorar o conceito de respeito e sua relação com a igualdade.

Objetivo:

Ao final desta sessão, os participantes serão capazes de identificar o que significa respeito e como tratar as pessoas com base nessa atitude. Será apresentado o conceito de respeito como um pressuposto da igualdade.

Duração:

35 minutos.

Métodos da sessão:

Tempestade de ideias e discussão em grupo grande.

Materiais:

Quadro-negro e giz ou bloco de flip chart e canetas hidrocor.

Processo

ETAPA 1: Introdução (5 minutos)

Explique ao grupo que, para alcançar um mundo igual e livre de discriminação, todas as pessoas precisam tratar umas às outras com respeito.

ETAPA 2: Tempestade de ideias (25 minutos)

Diga ao grupo que você vai explorar o conceito de “respeito” e o que isso significa para o grupo. Explique que você vai criar um diagrama da palavra respeito, que é apenas uma maneira de registrar visualmente o que esse termo significa.

Peça aos participantes que pensem em alguém (um membro da família, amigo, líder, etc.) que eles respeitem. O que você respeita neles?

Desenhe um círculo no quadro ou no bloco de flip chart com a palavra “respeito” nele e registre as respostas das perguntas abaixo:

- O que significa respeitar alguém?
- Que palavras vêm à cabeça quando você pensa na pessoa que você respeita?
- Como tratar respeitosamente as pessoas com deficiência?

Respeitar o próximo significa estar disposto a aceitar as diferenças dos outros mesmo que eles pareçam ser diferentes de você, tenham uma religião diferente ou venham de um lugar diferente. Também significa tratar os outros como você gostaria de ser tratado.

Fonte: “Defining diversity, prejudice and respect”, The Children’s Hospital, 2004; (Definindo diversidade, preconceito e respeito, Hospital das Crianças, 2004, tradução livre); para detalhes consulte <www.thechildrenshospital.org/wellness/info/kids/20760.aspx> .

Exemplo de um diagrama de respeito:

Explore com o grupo as características ou similaridades que todas as crianças – com suas capacidades pessoais e maneiras diferentes para fazer as coisas – têm em comum; por exemplo, a capacidade de amar e de ser amada, de se relacionar e de interagir com os outros, ajudar os outros, ensinar suas próprias habilidades aos outros e ser amigos.



ETAPA 3: Discussão em grupo grande (5 minutos)

Pergunte ao grupo como eles se sentem quando são tratados de forma desrespeitosa. O que eles fazem quando alguém não os respeita?

Explique que todos merecem se sentir respeitados por sua família, amigos, comunidade e governo. O respeito deve ser mútuo. Ele está relacionado à justiça e serve como base para a igualdade.

Pontos fundamentais

- Respeitar as diferenças/características pessoais uns dos outros é uma base para a igualdade.
- Todos merecem respeito.
- Todos podem contribuir com a sociedade.

D. Inclusão igualitária

Breve descrição da sessão

O objetivo desta sessão é apresentar aos participantes situações de inclusão na vida diária e a importância da conscientização e da remoção de barreiras no ambiente, visando alcançar a igualdade.

Objetivo:

Ao final desta sessão, os participantes se conscientizarão acerca das barreiras no ambiente e sobre a capacidade e a importância de se criar ambientes inclusivos para todos.

Duração:

1 hora e 15 minutos.

Métodos da sessão:

Discussão em grupos grandes, tempestade de ideias e atividade em grupos pequenos.

Materiais:

Bloco de flip chart e canetas hidrocor ou papel e lápis.

Processo

ETAPA 1: Introdução (15 minutos)

Introduza o conceito “acessibilidade para todos”: crie uma figura como esta abaixo, mostrando situações como as que são sugeridas, fazendo com que não sejam específicas de uma cultura, raça, gênero ou qualquer outro grupo demográfico.

As pessoas que compõem a nossa sociedade têm maneiras diferentes para fazer as coisas:



Nosso ambiente (casa, escola, ruas, parques, cidade) está preparado para oferecer as mesmas oportunidades de participação para todos?

Use cada uma das situações apresentadas nas imagens acima, perguntando o que poderá ser feito de outra forma para que:

- uma pessoa idosa possa subir os degraus da casa em maior segurança, confortável e independentemente;
- uma pessoa em uma cadeira de rodas possa usar o banheiro;
- uma pessoa cega possa se orientar.

Quem mais teria benefícios com cada uma dessas adequações?

Podemos encontrar exemplos de soluções simples, possíveis em nossa escola ou comunidade, para que todas as pessoas possam participar da vida em sociedade?

ETAPA 2: Discussão com grupo grande (5 minutos)

Apresente e discuta o conceito de Tecnologia Assistiva, usando exemplos desde uma simples lente de aumento ou uma rampa até o leitor de uma tela de computador para uma pessoa cega ou outros exemplos apropriados ao contexto da sua comunidade.

ETAPA 3: Tempestade de ideias (5 minutos)

Reveja com os participantes a noção de que todas as pessoas possuem capacidades diferentes. Então peça que formem grupos e pensem sobre as diferentes maneiras de tornar nosso programa inclusivo para todos.

Mostre ou distribua o Folheto 2: Diferentes tipos de capacidade (página 88) e explique que o material mostra diferentes maneiras de aprendizagem das pessoas com deficiência, como o uso da língua de sinais, o Braille, entre outros.

ETAPA 4: Atividade em grupo pequeno (25 minutos)

Peça aos participantes para que formem grupos de quatro ou cinco pessoas. Peça-lhes para criar uma lista de sugestões de como seu grupo pode se tornar inclusivo para todos. Reveja as questões abaixo:

- Que apoios são necessários para incluir todos?
- O ambiente físico precisa ser mudado?
- As atitudes precisam ser mais receptivas/respeitosas?
- As atividades são apresentadas de modo que todos sejam incluídos?
- Como podemos mudá-las para incluir todos?
 - Exemplos: mudar atitudes, estar disposto a ajudar, pedir ajuda quando necessário, reorganizar uma sala ou atividade, usar o trabalho em equipe.

ETAPA 5: Discussão em grupo grande (25 minutos)

Peça a cada grupo para apresentar sua lista de práticas inclusivas e adote um acordo em grupo para a inclusão ao longo do programa.

Revise as diferentes experiências de cada grupo e como podemos criar a equidade no trabalho em equipe e na adaptação da atividade.

Pontos fundamentais

- As atividades podem e precisam ser acessíveis a todos.
- A deficiência é parte da diversidade humana. Podemos aprender a participar completamente da vida com os apoios adequados.
- As soluções podem ser simples e fáceis de construir.

Prevenção contra a exploração, a violência e o abuso

Artigo 16: Prevenção contra a exploração, a violência e o abuso

Crianças com deficiência devem ser protegidas contra violência e abuso. Elas não devem ser maltratadas ou feridas dentro ou fora de suas casas. Se você enfrentou violência ou maus-tratos, tem direito de obter ajuda para interromper o abuso e se recuperar.

Fonte: It's about ability: an explanation of the Convention on the Rights of Persons with Disabilities, UNICEF, abril de 2008 (versão brasileira: Todos podemos... é disso que se trata: uma explicação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, UNICEF, Agosto de 2013).

Propósito e visão geral

As atividades abaixo foram designadas para que os participantes compreendam situações de violência e abuso sofridos por pessoas com deficiência. O objetivo desta sessão é ensinar aos participantes o que significa se sentir seguro e as maneiras de se evitar ou prevenir o abuso.

Objetivos gerais

Ao final destas atividades, os participantes serão capazes de:

- identificar diferentes tipos de violência e abuso;
- descrever a importância da segurança;
- compreender a função de espectadores e como eles podem agir de modo a desencorajar ou eliminar a violência;
- compreender a importância de uma política e prática de tolerância zero para com a violência e o abuso na escola e na comunidade;
- compreender que as pessoas com deficiência, incluindo jovens e crianças, estão especialmente vulneráveis à violência e ao abuso;
- identificar maneiras de interromper situações de violência ou abuso sem usar de violência.

Tempo sugerido

3 horas e 45 minutos

Sessões

A. Segurança

B. Violência e abuso

C. Congele! Acabando com a violência e o abuso

A. Segurança

Breve descrição da sessão

Nesta sessão, os participantes compreenderão que as pessoas com deficiência podem estar mais vulneráveis à violência e ao abuso que outras e vão explorar o que significa sentir-se seguro e assegurar condições de segurança.

Objetivo:

Ao final desta sessão, os participantes serão capazes de identificar o que significa estar em segurança e apontar algumas maneiras de tornar o grupo um lugar seguro para se estar. Os participantes compreenderão que algumas pessoas nem sempre se sentem em segurança e as com deficiência correm o risco de enfrentar abuso e violência. Compreenderão, também, o papel crítico dos espectadores e como estes podem agir de modo a evitar ou eliminar a violência.

Duração:

45 minutos.

Métodos da sessão:

Visualização e discussão em grupo grande.

Materiais:

Quadro-negro e giz ou bloco de flip chart e canetas hidrocor.

Processo

ETAPA 1: Introdução (5 minutos)

Explique ao grupo que todos têm o direito à segurança e à prevenção contra violência e abuso. Isso significa que todos devem sentir-se seguros em casa, na escola, na comunidade e em qualquer outro lugar. Algumas pessoas são mais vulneráveis ao abuso porque é mais fácil que recebam um tratamento discriminatório ou porque são incapazes de buscar ajuda. Crianças, por exemplo, podem ter dificuldades em defender a si próprias ou a relatar abuso. Para crianças com deficiência, isso pode ser ainda mais difícil. Mesmo que elas sejam capazes de fazer um relato, pode ser que não acreditem nos seus relatos ou os ignorem. É importante que todos se sintam seguros e levem uma vida sem violência. A Convenção protege e garante que pessoas com deficiência tenham as condições necessárias para se sentir em segurança, tal como representação jurídica em um tribunal ao relatar abuso.

História real

Michel nasceu com uma deficiência. Ele teve dificuldades para aprender, falar e usar suas mãos; frequentemente derrubava coisas. Michel falava mais devagar que todos os outros porque tinha dificuldades para encontrar as palavras que usaria. A família de Michel não o tratava muito bem. Seu pai costumava dar socos em sua cabeça e gritar muito com ele. Davam-lhe pouca comida e muito pouco tempo para comer. Ele tinha que comer tanto quanto conseguisse, antes que levassem sua comida. Por causa disso, Michel geralmente se sentia cansado e era muito menor que as outras crianças da sua idade. A vida era difícil para Michel porque o seu jeito de ser não era respeitado, nem tolerado. Além disso, ele era vítima de abuso.

Fonte: História anônima contada ao autor.

ETAPA 2: Visualização (30 minutos)

Peça ao grupo para visualizar (criar uma imagem mental) um momento em que se sentiram completamente em segurança, sem estar assustados ou ser alvo de gritos, em que cada um estava relaxado e em segurança. Para alguns deles, isso poderá ter ocorrido em casa, na casa de um amigo, na igreja ou na escola. Para outros, esse momento poderá ter acontecido em sua própria mente ou em outro lugar em que se sentiram completamente sozinhos.

Visualize:

- Onde foi esse lugar?
- Quem estava lá?
- O que estava acontecendo?
- Como você se sentiu?

Peça a todos que voltem a dar atenção ao grupo e para que compartilhem voluntariamente aquilo que visualizaram após ouvir as perguntas.

Pergunte ao grupo o que significa estar em segurança. Escreva as respostas no quadro ou no bloco de flip chart.

Exemplos de estar em segurança:

- Ninguém está gritando com você ou batendo em você.
- Você se sente confortável.
- As pessoas o ouvem.
- Você é respeitado.
- Você é encorajado a dizer o que pensa ou a se expressar.
- Você não é forçado a fazer nada que não queira fazer.
- Você está feliz.
- Você não está com medo.

ETAPA 3: Discussão em grupo grande (10 minutos)

Pergunte aos participantes se é importante sentir-se em segurança durante as atividades em grupo. Apresente algumas reflexões que serão necessariamente lembradas durante as atividades em grupo. Assinale que algumas vezes as pessoas levarão mais tempo para partilhar e participar das atividades em grupo. Algumas pessoas têm dificuldades em falar ou escrever. Encoraje os participantes a seguir essas reflexões e faça-os sentir o grupo como um lugar seguro para a partilha e o aprendizado respeitoso entre todos.

Pontos fundamentais

- Todos têm o direito de se sentir em segurança onde vivem, trabalham ou brincam.
- As pessoas com deficiência estão entre as mais vulneráveis à violência e ao abuso.
- As reflexões desta atividade devem ser transferidas a outras sessões e atividades.

B. Violência e abuso

Breve descrição da sessão

Nesta sessão, os participantes vão identificar diferentes tipos de abuso ou violência e identificar maneiras de superar situações que sejam abusivas ou violentas.

Objetivo:

Ao final desta sessão, os participantes serão capazes de identificar os quatro tipos de abuso e exemplos de cada tipo. Eles vão explorar por que determinadas pessoas são mais vulneráveis ao abuso e discutir maneiras não violentas de prevenir ou evitar a violência e o abuso.

Duração:

1 hora e 30 minutos.

Métodos da sessão:

Discussão em grupo grande e pequeno.

Materiais:

Quadro-negro e giz ou bloco de flip chart e canetas hidrocor.

Processo

ETAPA 1: Introdução (15 minutos)

Escreva as palavras “violência” e “abuso” em um quadro-negro ou em um bloco de flip chart. Peça aos participantes para que definam as palavras. O que elas querem dizer?

Pergunte:

- O que é uma relação violenta? O que é um comportamento abusivo?
- Por que algumas pessoas estão mais vulneráveis a sofrer violência e abuso?
- O que torna uma criança vulnerável à violência? (consulte a versão para crianças do Estudo sobre Violência)
- Por que as crianças e os adolescentes com deficiência são particularmente vulneráveis?
- Que exemplos de relações violentas/abusivas nós temos? Como lidamos com essas relações?

Exemplos:

- Crianças e adolescentes correm mais riscos porque ainda não estão completamente desenvolvidos; eles não podem se defender facilmente.

- Muitas crianças e adolescentes têm medo de relatar a violência, pois esta é cometida por alguém que exerce poder sobre eles.
- Algumas pessoas dependem de outras que abusam delas para ter alimentação, abrigo ou um emprego.
- Algumas pessoas não têm para onde ir a fim de mudar sua situação.
- Algumas pessoas são mais vulneráveis devido ao seu gênero, raça, origem étnica ou deficiência.

Fonte: United Nations Secretary-General's Study on Violence against Children Adapted for Children and Young People (Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra as Crianças Adaptado para Crianças e Jovens, tradução livre), Nações Unidas, 2006.

Explique ao grupo que esta atividade explorará diferentes tipos de violência ou abuso. A melhor maneira de aprender como evitar, mediar ou assumir o controle sobre uma situação de violência é compreender primeiramente suas causas e dinâmicas. Nunca é uma boa ideia responder à violência e ao abuso com mais violência. Nesta atividade, os participantes aprenderão alternativas não violentas para acabar com o abuso.

ETAPA 2: Discussão em grupo grande (30 minutos)

Explique ao grupo que a violência e o abuso podem levar ao medo e à desesperança. Esses tipos de ação destroem a autoestima e fazem com que as pessoas se sintam impotentes. Para retomar o poder ou nos fortalecer, precisamos reconhecer quando o abuso está acontecendo. A violência contra crianças nunca é correta. Os governos e comunidades devem proteger as crianças, inclusive as com deficiência, contra violência e abuso. Se o seu país ratificou a Convenção sobre os Direitos da Criança ou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, seu governo deve adotar ações que eliminem a violência contra todas as crianças.

O abuso infantil é qualquer tipo de dano imposto a uma criança, incluindo negligência, violência física, sexual ou mental da parte de alguém que é responsável por ela ou tem poder ou controle sobre ela – alguém em quem ela deveria ser capaz de confiar.

Exemplos de violência e abuso:

- (entre crianças) bullying no ambiente escolar
- violência entre irmãos
- agressão verbal/física de mães e pais
- espancamento de crianças e maus-tratos
- abuso sexual

Observação do mediador: Para uma atividade adicional sobre bullying, consulte a Unidade III, atividade educativa B na página 61.

A violência acontece quando alguém usa de sua força ou posição de poder para ferir alguém propositalmente, não acidentalmente. Essa atitude inclui ameaças de violência e atos que podem causar danos, bem como aqueles que de fato o fazem. Os danos podem afetar a mente e o corpo da pessoa, sua saúde e bem-estar geral.

Onde a violência ou o abuso podem ocorrer?

- em casa;
- na escola ou em outros ambientes escolares;
- em instituições como orfanatos, presídios, prisões ou outras instituições prisionais e centros de detenções;
- no local de trabalho;
- na comunidade.

Fonte: United Nations Secretary-General's Study on Violence against Children Adapted for Children and Young People, (Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra as Crianças Adaptado para Crianças e Jovens, tradução livre) Nações Unidas, 2006.

Escreva as respostas abaixo no quadro ou no bloco de flip chart:

Tipos de abuso:

1. Violência física
2. Verbal/emocional/psicológica
3. Não ser tratado com igualdade
4. Usar/explorar

Observação do mediador: alguns participantes podem estar interessados em compartilhar suas histórias sobre abuso. Se isso ocorrer, encoraje a partilha e mantenha um ambiente seguro e respeitoso para todos os participantes. Se os participantes desejarem continuar compartilhando, convide-os a discutir suas experiências com você em um outro momento (ex.: ao final do dia ou durante um intervalo).

Mostre a expressão “violência física” e pergunte ao grupo:

- O que é abuso ou violência física?
- Quais são alguns dos diferentes tipos de abuso físico?
 - Exemplos: bater, beliscar, estapear, estupro ou abuso sexual.

Liste os exemplos de abuso ou violência física no quadro ou papel próximos. Declare que, muitas vezes na vida, as crianças sofrem abuso de outras crianças e de adultos. Em muitos casos, as crianças com deficiência são mais suscetíveis tanto a sofrer violência como a ser abandonadas.

Mostre as palavras “verbal/emocional/mental”. Explique que o abuso nem sempre precisa ser físico. Palavras e ameaças também podem constituir abuso. Pergunte o seguinte e registre:

- Quais são alguns dos tipos de abuso verbal/emocional/mental?
 - Exemplos: insultos, gritos, colocar alguém para baixo, ameaçar machucar alguém, bullying, caçoar, negligenciar/ignorar, etc.

Mostre a expressão “não ser tratado com igualdade”. Destaque as atividades anteriores em que foram identificados os estereótipos sobre as pessoas com deficiência e pessoas que foram tratadas com desigualdade. Pergunte ao grupo:

- Quais são alguns dos exemplos de tratamento desigual?
 - Exemplos: não permitir que crianças com deficiência frequentem a escola, escolher as pessoas com deficiência por último em um time de esportes, não fazer amizade com

alguém por conta de uma deficiência, ter escadas em um prédio que não possibilita a entrada de pessoas em cadeiras de roda, etc.

Declare que igualdade significa que cada pessoa deve receber o mesmo respeito, tratamento, oportunidades e direitos, independentemente de, por exemplo, sua cor, país de nascimento, religião, crenças políticas ou condição de deficiência.

Mostre as palavras “usar/explorar” no quadro. Explique que esse tipo de abuso ocorre quando alguém tira proveito de outra pessoa para o seu próprio benefício. Pergunte ao grupo:

- Quais são alguns dos exemplos de ser usado/explorado?
 - Exemplos: tomar o dinheiro de alguém ou pagar menos a alguém por seu trabalho, pedir a alguém por favores repetidamente e não retribuir a boa ação.
 - Observação: um exemplo histórico de exploração ocorreu durante o Holocausto, quando as pessoas com deficiência eram usadas para experiências médicas e em seguida mortas (Evans, Suzanne E., “Forgotten Crimes: The Holocaust and People with Disabilities” (Crimes Esquecidos: O Holocausto e as Pessoas com Deficiência, tradução livre), Disabilities Rights Advocates (Defensores dos Direitos das Deficiência), 2004).

ETAPA 3: Discussão em grupo pequeno (25 minutos)

Forme pequenos grupos de quatro ou cinco participantes. Peça-lhes para discutir o que segue e registrar suas respostas:

- O que acontece a alguém que é maltratado?
- Como isso faz com que eles se sintam? (exemplos: impotentes, indignos, burros)
- O abuso pode continuar para sempre, se alguém não obtiver ajuda?
- Como prevenimos a violência e o abuso?

Explique que os espectadores de atos de abuso e de violência têm uma função importante na prevenção dessas situações. Considere o acrônimo NICE (legal), que identifica quatro pontos críticos de escolha a ser observados pelos espectadores.

NICE (legal) significa:

- Notar que algo está acontecendo.
- Interpretar se a situação requer algum tipo de auxílio e se este pode ser prestado.
- Conduzir uma forma de assistência escolhida.
- Engajar-se com o problema.

Peça ao grupo pequeno para relacionar o acrônimo NICE a uma experiência de vida real, a fim de que isso seja discutido no grupo maior.

ETAPA 4: Discussão em grupo grande (20 minutos)

Peça aos grupos pequenos para partilhar o que discutiram. Como eles evitariam o abuso e a violência? Como o acrônimo NICE (legal) está relacionado à prevenção? Escreva as respostas no quadro ou no papel.

Observação do mediador: Ouça as respostas e reflita sobre elas. Encoraje a não violência e maneiras seguras de evitar o abuso. Caso sejam dadas soluções violentas, diga ao grupo que a violência também pode levar a mais violência e abuso. É melhor sair de uma situação e buscar ajuda do que entrar em uma briga ou confronto. Encoraje as crianças a mediar e procurar por ajuda e principalmente proteger aqueles que não podem se defender adequadamente.

Declare que uma maneira de evitar a violência e o abuso é se considerar responsável por nunca cometer maus-tratos ou abuso de modo algum.

Outras maneiras de obter ajuda ou prevenir o abuso são:

- pedir ajuda a alguém que lhe inspire confiança e dizer-lhe o que está acontecendo;
- procurar aconselhamento jurídico ou usar a lei para proteger a si mesmo e seus direitos;
- interceder solicitando a seu governo que haja não só a proteção contra abuso como também a promoção de programas voltados a ajudar as pessoas na superação da desigualdade.

Pontos fundamentais

- A violência e o abuso não devem ser tolerados. Informe àqueles que podem ajudar: pais, professores, psicólogos e até mesmo a polícia.
- Ninguém deve estar sujeito à violência ou ao abuso.
- Pessoas com deficiência, especialmente crianças, são mais vulneráveis ao abuso.
- Uma resposta violenta ao abuso não é a solução. É melhor buscar ajuda ou evitar a situação que usar de violência como uma reação ao abuso.

Fontes: United Nations Secretary-General's Study on Violence against Children Adapted for Children and Young People (Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra as Crianças Adaptado para Crianças e Jovens, tradução livre), Nações Unidas, 2006; "Making Allies, Making Friends" (Fazendo Aliados, Fazendo Amizades, tradução livre) currículo inspirou o esboço para algumas das sessões de aprendizado participativo para jovens; Programa de Desenvolvimento Humano e de Saúde do Centro de Desenvolvimento da Educação em <http://main.edc.org/newsroom/features/bullying_HHD.asp>, Sue Ball no Conselho da Cidade de Birmingham em <www.bgfl.org/services/stopbullying/default.htm>; e Experiência em ensino em <www.teachingexpertise.com/articles/bullying-and-the-bystander-1615>.

B. Congele! Acabando com a violência e o abuso

Breve descrição da sessão

Nesta sessão, os participantes vão retratar situações de violência e abuso e identificar diferentes maneiras de superar as situações.

Objetivo:

Ao final desta sessão, os participantes serão capazes de identificar diferentes situações de abuso e maneiras de superar ou eliminar a violência e o abuso por meio do trabalho em equipe.

Duração:

1 hora e 30 minutos.

Métodos da sessão:

Atividade e apresentações em grupo pequeno.

Materiais:

Nenhum material será necessário.

Processo

ETAPA 1: Introdução (5 minutos)

Explique ao grupo que muitas pessoas com deficiência são vítimas de violência e abuso e que esta atividade vai identificar maneiras de ajudá-las a acabar com essas situações. Reveja a última atividade e os diferentes tipos de abuso.

Observação do mediador: Para os participantes com deficiência visual, certifique-se de explicar as cenas detalhadamente em voz alta.

ETAPA 2: Atividade em grupo pequeno (20 minutos)

Peça aos participantes para formem grupos de quatro a seis pessoas. Explique que cada grupo precisa identificar uma situação em que: um abuso (físico/ verbal/ emocional/ mental) esteja ocorrendo, ou uma pessoa não esteja sendo tratada com igualdade, ou mesmo, sendo usada/ explorada, ou ainda, em que um direito humano esteja sendo negado a uma pessoa com deficiência.

Peça aos grupos para pensar na atividade anterior e nos diferentes tipos de abuso. Diga-lhes que devem retratar essa cena de forma “congelada” (estática). Congelar é quando você fica completamente parado. A cena não deve ser uma atuação, ela estará congelada como uma fotografia.

Explique que, enquanto a cena estiver congelada, outros membros do grupo vão tentar adivinhar o que está acontecendo na cena.

Dê um exemplo de uma cena para ajudar o grupo a compreender a atividade. Exemplos:

- A entrada de alguém está sendo negada em uma instalação de eleições/votação porque a entrada possui escadas.
- Um professor expondo/expulsando/batendo em um aluno que está com dificuldades em concluir uma tarefa.
- Uma criança com uma deficiência, sendo caçoada no parquinho, durante a aula de educação física, depois da escola ou no recreio.

ETAPA 3: Apresentações em grupos pequenos (55 minutos)

Junte novamente os grupos e peça que um deles se apresente como voluntário, sendo o primeiro. Peça ao grupo para ir até a frente da sala e “congelar” sua cena. Quando esta estiver congelada, pergunte ao grupo maior o que está acontecendo na cena.

Observação do mediador: Peça para “congelar” por apenas um ou dois minutos. Se os participantes ainda estiverem dando respostas, dê ao grupo um intervalo de 10 segundos e então peça-lhes para “congelar” novamente.

Depois que todos tiverem tido a chance de adivinhar o que está acontecendo (que direito está sendo negado), peça aos membros do grupo grande que entrem na cena e tentem parar com o abuso ou violência. Peça que “congelem” em uma posição para interromper o abuso.

Exemplo: Para a cena do professor batendo no aluno que é lento em seu trabalho, os outros participantes podem entrar na cena e fazer o seguinte:

- Sentar perto do estudante para ajudá-lo com o seu trabalho como um ajudante em pé de igualdade.
- Chamar um diretor ou outro professor e mostrar a atitude do professor.
- Mover a mão do professor para longe da criança.

Quando todos estiverem congelados em seus lugares, com as suas soluções na cena, peça ao grupo para “descongelar”. Peça ao grupo pequeno para explicar o que realmente estava acontecendo na cena e solicite que outros participantes expliquem como eles estavam interrompendo o abuso. Peça aos participantes para identificar que tipo de abuso foi retratado (físico/ verbal/ emocional/ mental), ou uma pessoa que não foi tratada com igualdade, ou mesmo, foi usada/explorada, ou ainda, um direito humano foi negado a uma pessoa com uma deficiência.

Faça com que todos os grupos apresentem suas cenas.

ETAPA 4: Resumo (10 minutos)

Depois que cada grupo tiver apresentado seus exemplos e soluções contra o abuso, revise as situações apresentadas e as soluções encontradas. Diga ao grupo que todos fizeram um bom trabalho e que eles identificaram boas maneiras de obter ou dar ajuda e parar com a violência e o abuso.

Ponto fundamental

- Uma resposta violenta ao abuso não é a solução. É melhor buscar ajuda ou evitar a situação que usar de violência como uma reação ao abuso.

Fonte: Advocating Change Together (Defendendo a Mudança Juntos, tradução livre), para detalhes consulte <www.selfadvocacy.org>.

Lar e família

Artigo 23: Respeito pelo lar e pela família

As pessoas têm o direito de viver com suas famílias. Se você tem deficiência, seu governo deve dar apoio à sua família, disponibilizando recursos financeiros, informações e serviços relacionados à deficiência. Você não deve ser separado dos seus pais porque tem uma deficiência. Se você não puder viver com a sua família imediata, o governo deve garantir-lhe condições para viver com sua família mais ampla ou comunidade. Jovens com deficiência têm os mesmos direitos que outros jovens, tais como: informações sobre saúde reprodutiva, se casar e formar uma família.

Fonte: It's about ability: an explanation of the Convention on the Rights of Persons with Disabilities, UNICEF, abril de 2008 (versão brasileira: Todos podemos... é disso que se trata: uma explicação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, UNICEF, Agosto de 2013).

Propósito e visão geral

Os participantes vão explorar o direito ao lar e à família. O principal foco está na compreensão da importância do direito ao lar e à família em relação ao desfrute de outros direitos. Os participantes também vão explorar a importância do apoio familiar para crianças com deficiência.

Objetivos gerais

Os participantes serão capazes de:

- compreender o direito ao lar e à família;
- compreender por que crescer em uma família ou em um ambiente familiar na comunidade é melhor para as crianças do que crescer em uma instituição;
- inter-relacionar o direito ao lar e à família a outros direitos;
- contribuir com ideias para possibilitar que crianças com deficiência permaneçam com as famílias para evitar encaminhá-las para instituições de assistência social;
- contribuir com ideias para famílias (parentes, irmãos e crianças com deficiência) para promover a vida no lar e na comunidade.

Tempo sugerido

1 hora e 55 minutos

Sessões

A. Direito ao lar e à família

B. Apoio familiar

A. Direito ao lar e à família

Breve descrição da sessão

Nesta sessão, os participantes vão explorar o direito ao lar e à família e discutir a institucionalização.

Objetivo:

Ao final desta sessão, os participantes serão capazes de compreender o direito referente ao lar e à família e como a negação desse direito trará a negação de outros direitos.

Duração:

45 minutos.

Método da sessão:

Debate com grupo grande.

Materiais:

Nenhum material será necessário.

Processo

ETAPA 1: Discussão em grupo grande (45 minutos)

Reveja o Artigo 23 – Respeito pelo lar e pela família. Declare que todas as crianças e jovens têm o direito de viver em casa com suas famílias e que, de acordo com a Convenção, o governo é obrigado a fornecer serviços e apoio para permitir que crianças com deficiência vivam em seus lares.

Dê o seguinte exemplo de negação do direito ao lar e à família.

Exemplo:

Em diversos países, não existem serviços para auxiliar as pessoas com deficiência, seja no lar ou na comunidade. Algumas vezes, quando a criança nasce com uma deficiência, dizem aos pais que abandonem a criança ou que a coloquem em uma instituição. Quando as pessoas são colocadas em instituições, elas não podem mais viver com suas famílias. Leia as citações abaixo em voz alta.

Exemplo: Diversas crianças sentem falta de suas famílias

“eu preciso de mais amor e afeto... Eu raramente vejo meus pais.”

–Eva, 12, vivendo em uma instituição.

Exemplo: as crianças e jovens que são institucionalizados não têm a chance de socializar e amadurecer como adultos independentes

“Eles não estão preparados para uma vida adulta, independente... Eles não têm um lugar para chamar de lar...vários não vão a lugar algum. O que eles precisam é de uma família...”

–Petr, médico, Rússia.

Faça ao grupo as seguintes perguntas:

- Que outros direitos são geralmente negados, quando uma criança é institucionalizada?
Exemplos: inclusão na comunidade, educação, liberdade.
- Por que você acha que é melhor para uma criança que ela cresça em um ambiente familiar em vez de crescer em uma instituição?
Exemplos: afeto e carinho, interação com os colegas, irmãos, aprendizado na vida real.
- Você consegue pensar em circunstâncias em que a separação da família pode ser o melhor para a criança?
Exemplo: a criança está sendo abusada.
- Contribuição de ideias sobre algumas maneiras de ajudar a manter as crianças em casa com suas famílias.
Exemplos: irmãos ou colegas ajudando a criança com deficiência, despertando a conscientização e a aceitação da comunidade, tornando serviços locais, tais como jardins de infância, escolas e creches, acessíveis a crianças com deficiência; interceder pelas crianças com deficiência falando com médicos para prestarem auxílio na comunidade; criar grupos de apoio à família.

Observação do mediador: Em alguns casos, por exemplo, em que as crianças sofrem violência em casa, é melhor para elas que sejam separadas de sua família e colocadas sob a custódia de parentes ou lares adotivos comunitários. Se não houver nenhuma outra opção, as crianças podem ser colocadas sob os cuidados de uma instituição. A institucionalização deve ser considerada uma solução de curto prazo enquanto é feito um plano alternativo para a colocação na comunidade. Ela deve ser sempre o último recurso.

Ponto fundamental

- As famílias com um membro com deficiência (seja uma criança, um pai ou uma mãe) têm o direito de receber auxílio e de permanecer juntas. Se as famílias não forem adequadas, as crianças devem ficar com parentes ou em programas de lares adotivos da comunidade.

B. Apoio familiar

Breve descrição da sessão

Nesta sessão, os participantes vão explorar características específicas de famílias que têm algum membro com deficiência e os apoios que podem ser prestados por outras famílias, ou mesmo por toda a comunidade, a fim de garantir a plena participação das pessoas com deficiência.

Institucionalização

Instituições são locais onde um grupo de crianças (ou adultos) vive junto e recebe cuidados de outros adultos que não são parte de sua verdadeira família. Orfanatos são tipos de instituições. Uma instituição é o último local onde uma criança deveria crescer.

Fonte: United Nations Secretary-General's Study on Violence against Children Adapted for Children and Young People, United Nations, 2006. Estudo Geral da Secretaria das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança Adaptado para Crianças e Jovens, Nações Unidas, 2006, tradução livre)

Objetivo:

Ao final desta sessão, os participantes serão capazes de conhecer os diversos tipos de apoios às famílias que possuem membros com deficiência, em especial os desenvolvidos pelo trabalho em equipe, da comunidade.

Duração:

1 hora e 10 minutos.

Métodos da sessão:

Apresentações, tempestade de ideias e discussão em grupo grande.

Materiais:

Quadro-negro e giz ou bloco de flip chart e canetas hidrocor.

Processo

ETAPA 1: Discussão em grupo grande (20 minutos)

Discuta com o grupo maior as situações colocadas abaixo, pedindo comentários e fazendo perguntas ao longo da discussão:

- Ter uma deficiência tem um impacto sobre a pessoa e pode causar um impacto sobre a família.
- Normalmente, os pais, ao cuidar de seus filhos, precisam solucionar alguns problemas, tais como: obter tratamento e equipamento médico adequado, acesso às escolas e a participação em atividades do cotidiano de sua comunidade.
- Às vezes, os irmãos precisam ajudar seus pais a dar assistência a um irmão mais jovem ou mais velho com uma deficiência.
- Sabemos que a incapacidade resulta de barreiras criadas pela sociedade, e que essas barreiras limitam a capacidade das pessoas com deficiência de usufruir de seus direitos. Por esse motivo é que o nosso grupo e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência adotaram o modelo social de deficiência.

Explique ao grupo que o malabarismo feito pelas famílias, ou seja, o esforço exigido perante a sociedade para obter os serviços de que necessitam, visando atender às necessidades de todos, pode acarretar pressão e estresse. O trabalho atual do grupo é descobrir o que pode ser feito pela comunidade para dar apoio às famílias que têm algum membro com deficiência.

Em alguns países, por exemplo, as famílias que têm membros com deficiência criaram grupos de apoio entre pais e até mesmo entre irmãos e esses grupos podem se reunir para contribuir com ideias de soluções para problemas comuns, obter conselhos de outros ou apenas socializar.

O modelo social de deficiência aborda a eliminação das barreiras criadas pela sociedade ou pelo ambiente físico, as quais podem limitar as pessoas com deficiência a exercer seus direitos humanos. Isso inclui promover atitudes positivas, mudar construções para que sejam acessíveis a todos e passar informações de uma forma que todos possam compreender.

ETAPA 2: Tempestade de ideias (20 minutos)

Peça aos participantes que formem grupos de três ou quatro pessoas e contribuam com ideias de como as famílias foram ou podem ser apoiadas.

O que os irmãos podem fazer? O que este grupo pode fazer? O que a comunidade pode fazer?

ETAPA 3: Discussão em grupo grande (30 minutos)

Peça aos pequenos grupos que apresentem suas ideias para o apoio a famílias e irmãos e discuta essas questões com o grupo maior. Apresente alguns dos exemplos abaixo ao longo das apresentações.

Exemplos de apoio familiar:

- Crie um grupo de apoio para pais.
- Crie um grupo de apoio para irmãos.
- Crie uma lista de recursos para os pais de uma criança recém-nascida com deficiência. Pense sobre o que a sua família considerou útil e compartilhe essas informações.
- Crie um programa de orientação para irmãos ou um programa de orientação para pais. Forme pares entre pais de recém-nascidos com pais que têm crianças mais velhas. Ainda melhor, apresente também as crianças umas às outras e mostre o que pode ser feito pelas pessoas com deficiência.
- Crie uma lista de contribuições positivas que pessoas com deficiência farão à comunidade e compartilhe essa informação com pais de recém-nascidos e com a comunidade.
- Comece um grupo semanal de passeios. Promova encontros entre irmãos e pessoas com deficiência no centro da cidade e passeie brevemente pela comunidade. Se você souber de uma pessoa com deficiência que está em casa, convide-a para participar do passeio.

Observação do mediador: Se algumas pessoas não podem andar muito, apenas criar um encontro comunitário no centro da cidade para cantar músicas ou apenas conversar. Estar à vista também ajuda a promover a conscientização.

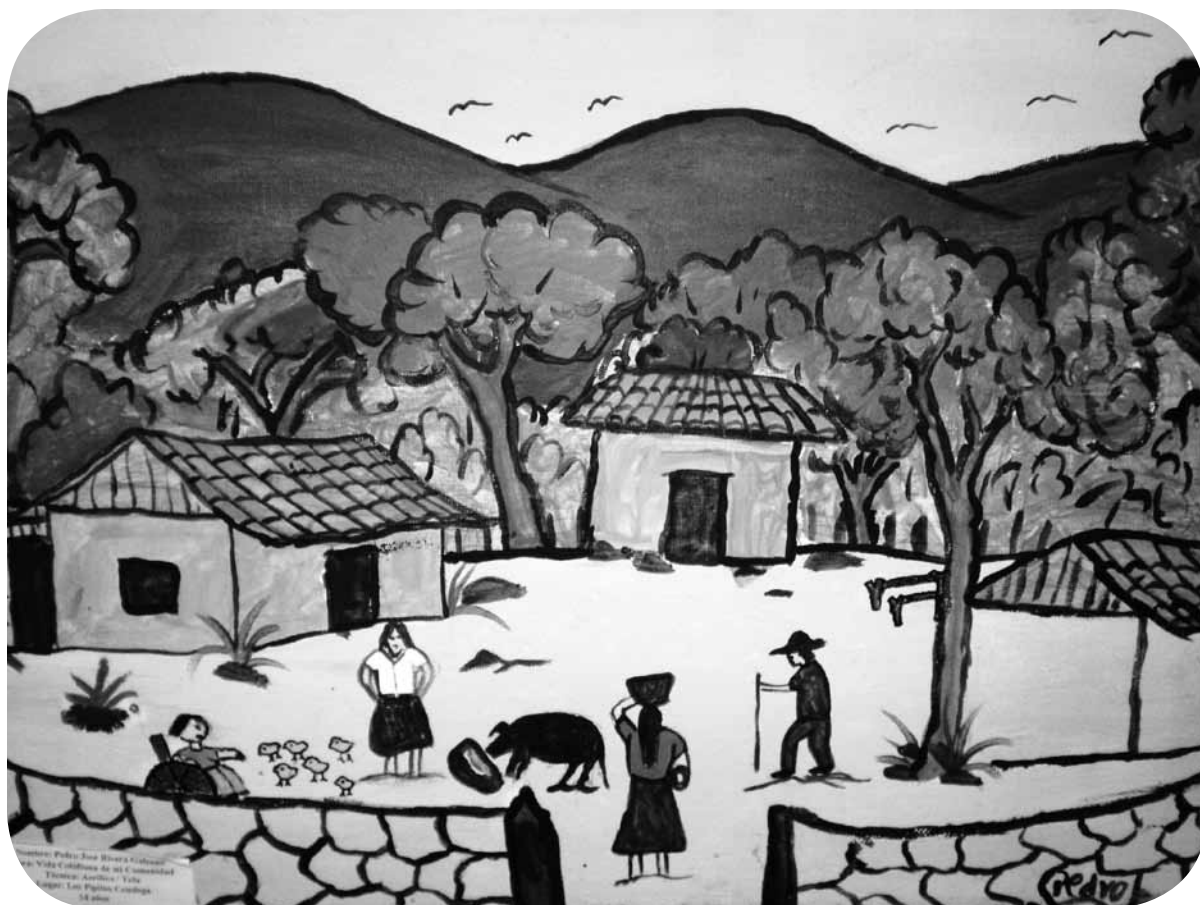
- Encoraje os membros da comunidade a construir juntos uma rampa, visando oferecer um acesso melhor para idosos e pessoas com deficiência física.
- Convide seus pais para o último dia desta capacitação, a fim de que todos possam ver no que você tem trabalhado!

Pontos fundamentais

- Famílias, incluindo irmãos, precisam de apoio.
- Educar ou orientar pais de recém-nascidos pode ajudar a encontrar recursos necessários mais facilmente.
- Pessoas com deficiência que são exemplos de vida podem ajudar os pais a ter grandes expectativas para seus filhos.
- Pequenos auxílios, como um grupo de discussão, reuniões da comunidade e vizinhos prestativos, podem fazer uma grande diferença.

Unidade III:

Inclusão na comunidade



Pedro José Rivera, 14, Nicarágua

Acessibilidade e vida independente

Artigo 9: Acessibilidade

Os governos concordam em tornar possível que as pessoas com deficiência vivam com independência e participem plenamente de suas comunidades. Qualquer local que seja aberto ao público, como construções, estradas, escolas e hospitais, deve ser acessível para pessoas com deficiência, incluindo crianças. Se você está em local de atendimento ao público e precisa de guia, leitor ou intérprete profissional de língua de sinais, esses serviços devem estar disponíveis.

Fonte: It's about ability: an explanation of the Convention on the Rights of Persons with Disabilities, UNICEF, abril de 2008 (versão brasileira: Todos podemos... é disso que se trata: uma explicação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, UNICEF, Agosto de 2013).

Artigo 19: Vida independente e inclusão na comunidade

Todas as pessoas têm direito de fazer escolhas sobre onde viver, quer tenham ou não deficiência. Quando você crescer, terá o direito de viver de maneira independente na sua comunidade. Você também deve ter acesso a serviços de apoio, se precisar de ajuda para viver na sua comunidade, tais como atendimento em casa e assistência pessoal.

Fonte: It's about ability: an explanation of the Convention on the Rights of Persons with Disabilities, UNICEF, abril de 2008 (versão brasileira: Todos podemos... é disso que se trata: uma explicação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, UNICEF, Agosto de 2013).

Artigo 27: Trabalho e emprego

As pessoas com deficiência têm o igual direito de trabalhar em um emprego livremente escolhido, sem discriminação.

Fonte: It's about ability: an explanation of the Convention on the Rights of Persons with Disabilities, UNICEF, abril de 2008 (versão brasileira: Todos podemos... é disso que se trata: uma explicação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, UNICEF, Agosto de 2013).

Propósito e visão geral

As atividades a seguir objetivam a compreensão dos participantes referente às diversas comunidades em que vivem. Todos deverão entender o direito das pessoas com deficiência a uma vida independente e o direito destes em fiscalizar os serviços de apoio necessários a garantia da igualdade de oportunidades e da participação plena em sua comunidade. As sessões visam relacionar os direitos humanos para pessoas com deficiência relativos ao trabalho, à acessibilidade e garantia de vida independente dentro da comunidade.

Objetivos gerais

Ao final destas atividades, os participantes estarão aptos a:

- entender a vida independente;
- avaliar a acessibilidade da comunidade;
- entender o papel dos direitos humanos no apoio à vida independente.

Tempo sugerido

2 horas e 40 minutos

Sessões

- A. Projeto de acessibilidade
- B. Árvore da vida independente

A. Projeto de acessibilidade

Breve descrição do curso

Nesta sessão, os participantes deverão identificar diferentes grupos que compõem a sociedade e avaliar os aspectos relativos à acessibilidade dos ambientes físicos e as condições de mobilidade desses grupos.

Objetivo:

Ao final da sessão, os participantes compreenderão melhor a ideia de acessibilidade para todos e como avaliar se há acessibilidade para todos os grupos da sociedade. Os grupos conduzirão uma análise de acessibilidade e farão um debate sobre as formas de assegurar a todos esse acesso.

Duração:

1 hora e 25 minutos.

Métodos do curso:

Debate em grupos grandes e pequenos.

Materiais:

Quadro-negro e giz ou bloco de flip chart e canetas hidrocor.

Processo

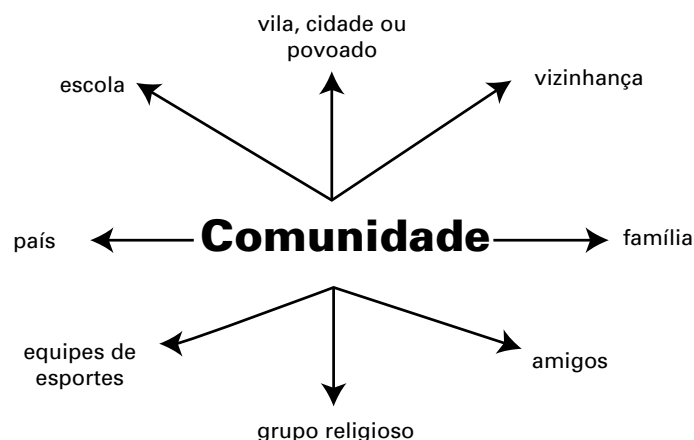
ETAPA 1: Introdução (5 minutos)

Lembre ao grupo o que foi aprendido nas atividades anteriores: que todos devem ser tratados igualmente e que a diversidade é parte da vida humana. Todos são diferentes. A atitude de aceitar e dar valor a essas diferenças não só enriquece nossa vida, mas também é uma etapa necessária para alcançar a igualdade. Explique que a atividade começará com um debate amplo envolvendo todos. Posteriormente, os participantes formarão grupos menores para uma atividade de acessibilidade.

ETAPA 2: Tempestade de ideias (20 minutos)

Escreva a palavra “comunidade” no quadro ou no bloco de flip chart. Faça um círculo em volta da palavra e peça que os participantes forneçam o maior número de tipos de encontros comunitários de que possam se lembrar. Dê exemplos do diagrama de palavras abaixo.

Diagrama de palavras de “comunidade”



ETAPA 3: Atividade em grupo pequeno (30 minutos)

Separe os participantes em grupos de quatro ou cinco pessoas. Peça-lhes que escolham uma comunidade para analisar a acessibilidade.

Observação do mediador: Se possível, faça os grupos escolherem um local, como a escola, por exemplo, e visitem o local para analisar a acessibilidade. Se não for possível, faça os grupos pequenos debaterem sobre o local da comunidade e analisarem a acessibilidade por meio da discussão.

Peça aos grupos pequenos para que analisem questões de acessibilidade (consulte a lista de verificação de acessibilidade) e criem um “relatório de acessibilidade” para apresentar ao grupo maior. Lembre aos participantes que um ambiente acessível é proveitoso para todos, por exemplo: elevadores que facilitam o acesso seja de pessoas com cadeiras de rodas, seja de carregadores de itens pesados; bebedouros com alturas acessíveis, permitindo o alcance de crianças.

A apresentação de informações em diversos formatos, tais como: letras ampliadas, em cores contrastantes, escrita em Braille ou figuras comunicativas, que podem favorecer o acesso de todos ao conteúdo.

O relatório de acessibilidade deve incluir a descrição do acesso em termos físicos, de informações e atitudes; e que mudanças devem ser feitas para tornar o ambiente totalmente acessível.

Lista de verificação de acessibilidade:

O acesso em termos de atitude

- As pessoas apresentam atitudes positivas com pessoas com deficiência?
- Os indivíduos – sejam eles professores, trabalhadores da área de saúde, técnicos desportivos, funcionários públicos locais, etc. – dão apoio? O que fazem para promover a inclusão de pessoas com deficiência nos seus diferentes campos de trabalho? Essas pessoas estão cientes das diferentes maneiras de adequação de ambientes locais, a fim de se assegurar a inclusão de pessoas com deficiência?
- As pessoas com deficiência estão confortáveis o bastante para pedir ajuda, se for necessário? Ou estão firmes o suficiente para defender seus direitos?
- A inclusão (na comunidade, casa, escola) tem apoio?
- As pessoas com deficiência se sentem seguras?

O acesso físico

- Há uma forma de transporte ou assistência disponível para chegar ao local?
- O prédio possui escadas? Há rampas disponíveis para a entrada no prédio?
- As portas são amplas o bastante para a passagem de cadeiras de rodas ou muletas?
- Se o prédio tiver mais de um nível, há algum elevador?
- Na entrada das instalações (banheiros, elevadores, lanchonetes, etc.), há marcações em Braille? Ou há marcações no chão que representem entradas de portas e escadas? Caso não possuam, existem grupos de apoio para guiar pessoas com deficiência visual?
- Os banheiros são acessíveis? Eles possuem cabines grandes o bastante para uma cadeira de rodas e um corrimão?

- As mesas são altas o bastante para que caiba uma cadeira de rodas? Os corredores são amplos o bastante para caber uma cadeira de rodas ou alguém com muletas?
- Os objetos necessários estão ao alcance das pessoas em cadeira de rodas?
- Há programas de esportes para alunos com deficiência?

O acesso às informações

- Os alunos com deficiência estão incluídos nas salas de aula do ensino regular?
- Os livros são audiogravados ou fornecidos em Braille para os alunos que precisam deles?
- Os dispositivos visuais ou de áudio estão equipados com legendas para alunos com deficiência auditiva?
- Os livros fornecidos aos alunos com baixa visão possuem caracteres grandes?
- As informações fornecidas estão em formato fácil de entender?
- Apoio e serviços são fornecidos aos alunos com deficiência, conforme suas necessidades?
- Caso as informações não estejam em Braille, há grupos de apoio para ler/descrever os materiais?
- Os equipamentos digitais/computadores são acessíveis (instalações físicas, hardware, software, internet)?

Observação do mediador: Adapte essas listas de verificação de acordo com o contexto local.

ETAPA 4: Discussão em grupo grande (30 minutos)

Faça com que os grupos pequenos compartilhem seus relatórios de análise de acessibilidade com o grupo maior. Pergunte aos grupos como eles podem superar as barreiras ou comunidades inacessíveis. Identifique algumas pequenas ações que podem ser tomadas para remover barreiras imediatamente.

Exemplos:

- Uma rampa pode ser construída para o acesso de cadeiras de roda e beneficiar outros na sociedade, incluindo ciclistas, pais com carrinhos de bebê, clientes com carrinhos de compras, pessoas com muletas, etc.).
- Leituras ou informações podem ser explicadas de forma fácil de entender.
- Se os bebedouros não estiverem em altura acessível, garrafas de água podem ser fornecidas nas mesas.
- Se as mesas forem baixas demais para cadeiras de rodas, pode-se elevar as mesas, colocando-se blocos de madeira embaixo dos pés delas.
- Os móveis nas instalações podem ser reorganizados de forma a deixar os corredores mais amplos.
- São disponibilizadas informações sobre a inclusão de pessoas com deficiência; crianças e jovens podem ser encorajados a debater sobre o apoio necessário para fazer a inclusão possível.
- Professores e equipe são capacitados em questões relacionadas à acessibilidade e à inclusão.

- Programas que adotem políticas de inclusão.

Pontos fundamentais

- Barreiras à acessibilidade podem ser removidas, se as pessoas trabalharem juntas, em equipe.
- Todos têm o direito a uma comunidade acessível.
- Comunidades acessíveis criam acesso igual e promovem a igualdade para todos.

B. Árvore da vida independente

Breve descrição da sessão

Nesta sessão, os participantes compreenderão melhor a vida independente e os direitos humanos necessários para apoiar a independência em comunidade.

Objetivo:

Ao final desta sessão, os participantes poderão identificar os diferentes valores e perspectivas da vida independente e os apoios necessários (direitos humanos) para alcançar a vida independente na comunidade.

Duração:

1 hora e 15 minutos.

Métodos :

Discussão em grupo grande e atividades em grupos pequenos.

Materiais:

Bloco de flip chart e canetas hidrocor para grupos pequenos.

Processo

ETAPA 1: Introdução (5 minutos)

Explique ao grupo que todos têm o direito de ter uma vida independente. Isso inclui o direito de fazer escolhas sobre onde morar e onde trabalhar. Todos têm o direito de ser incluídos em sua comunidade!

A vida independente não é somente viver independente de todos. É ter autonomia e independência para tomar decisões e ter o controle sobre as escolhas e sobre a estrutura da própria vida. Se for necessário apoio para viver em comunidade, ele deve ser fornecido.

Esta atividade incluirá a criação de uma árvore da vida independente e a reflexão sobre o que valorizamos para o nosso futuro.

ETAPA 2: Atividade com grupo pequeno (30 minutos)

Peça aos participantes para formem grupos de quatro ou cinco pessoas. Dê a cada grupo uma folha do bloco de flip chart e canetas hidrocor.

Desenhe no quadro ou no bloco de flip chart um esboço de uma árvore com raízes e galhos. Peça a cada grupo para desenhar a sua. Explique que vão criar uma árvore da vida independente com raízes e galhos.

Peça para que os grupos pensem sobre o seguinte:

- O que você deseja ser no futuro?
- O que você valoriza na vida?
- O que uma vida independente/autônoma significa?

Exemplos: um bom trabalho, dinheiro para comprar uma casa, amigos, filhos e filhas, tomar suas próprias decisões, ser respeitoso com os demais e que os demais sejam respeitosos consigo.

Faça com que os grupos escrevam suas respostas nos galhos de suas árvores.

Quando os grupos terminarem de esboçar os galhos, pergunte:

- Se os galhos representam uma boa vida independente, o que são as raízes?
- O que todos precisam como base (quais os serviços de apoio necessários) para que as pessoas com deficiência alcancem uma vida independente?
 - Exemplos: educação inclusiva, materiais adaptados, comida, equipamento para acessar a comunidade (cadeira de rodas), cuidados médicos, rede social de amigos.

Observação do mediador: Se os participantes tiverem dificuldade em pensar em raízes, lembre-lhes que os direitos humanos são a base de uma vida boa. Mostre-lhes a versão infantil da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Exemplo: Árvore da vida independente

Peça aos grupos pequenos para que mostrem suas árvores à frente do grupo grande, quando todos tiverem acabado.

ETAPA 3: Discussão em grupo grande (40 minutos)

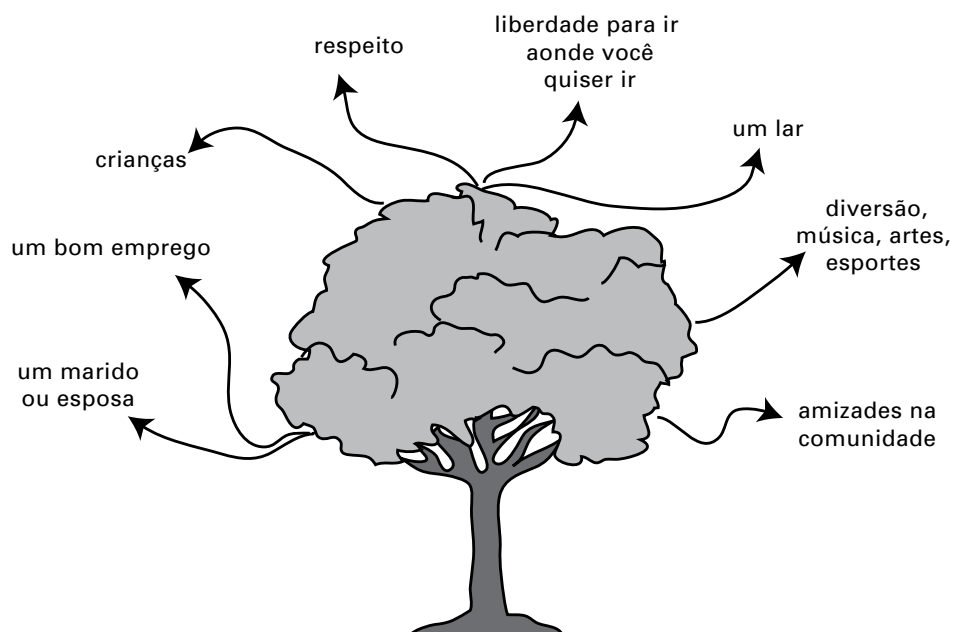
Permita que os participantes andem pela sala e olhem as árvores da vida independente de todos os outros grupos.

Peça para que os participantes se ofereçam para falar sobre o significado de um modo de vida bom e independente, e quais são as raízes necessárias para se alcançar essa vida. Explique que essas atividades são feitas para ajudar a construir uma sociedade onde todos possam experimentar uma árvore da vida independente.

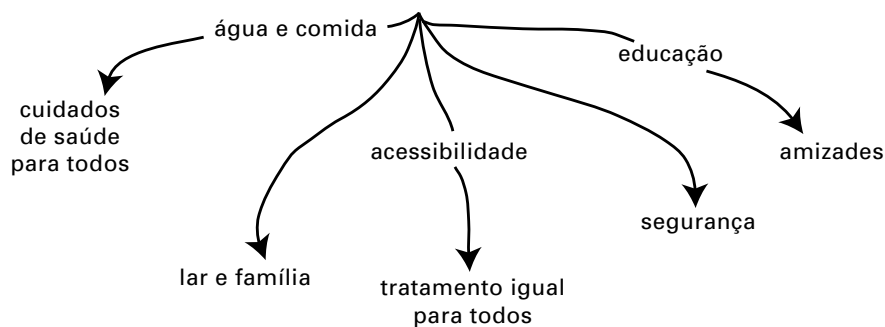
Pontos fundamentais

- Todos têm direito a viver de modo independente na comunidade e escolher o próprio trabalho.

Árvore da vida independente



Raízes da vida independente



- As comunidades precisam ser acessíveis para todos e fornecer apoio para que as pessoas com deficiência vivam independentemente.
- A chave para o alcance de uma vida independente é um direito humano (as raízes).

Educação

Artigo 24: Educação

As pessoas têm o direito de ir à escola. Se você tem deficiência, não pode ser excluído da educação por causa dela. Você deve estar na escola regular e não em uma escola separada. Você tem direito à mesma educação e ao mesmo currículo que as outras crianças, e seu governo deve garantir as condições necessárias para assegurar esse direito. Por exemplo, ele deve prover maneiras adequadas para você se comunicar, assim os seus professores poderão responder às suas necessidades.

Fonte: It's about ability: an explanation of the Convention on the Rights of Persons with Disabilities, UNICEF, abril de 2008 (versão brasileira: Todos podemos... é disso que se trata: uma explicação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, UNICEF, Agosto de 2013).

Artigo 30: Participação na vida cultural e em recreação, lazer e esporte

As pessoas com deficiência têm os mesmos direitos que as outras de participar e desfrutar das artes, esportes, jogos, filmes e outras atividades de lazer. Portanto, teatros, museus, parques infantis e bibliotecas devem ser acessíveis para todos, incluindo crianças com deficiência.

Fonte: It's about ability: an explanation of the Convention on the Rights of Persons with Disabilities, UNICEF, abril de 2008 (versão brasileira: Todos podemos... é disso que se trata: uma explicação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, UNICEF, Agosto de 2013).

Propósito e visão geral

As atividades a seguir são criadas visando à aquisição de conhecimento sobre as barreiras para a educação dos alunos com deficiência, incluindo o bullying. Os participantes refletirão sobre as barreiras à participação dos alunos com deficiência no contexto escolar, a fim de buscar soluções para a inclusão dos alunos, em todas as atividades escolares, construindo, assim, uma comunidade escolar segura.

Objetivos gerais

Ao final destas atividades, os participantes estarão aptos a:

- identificar as diferentes necessidades de aprendizagem e as barreiras da educação;
- compreender o bullying e identificar modos de prevenção e criar um ambiente escolar seguro;
- criar planos para inclusão de todos os alunos nas rotinas e atividades escolares.

Tempo sugerido

4 horas

Sessões

A. Alcançando as estrelas

B. Os valentões (Bullies)

C. Nossa sala de aula

A. Alcançando as estrelas

Breve descrição da sessão

Nesta sessão, os participantes compreenderão melhor as diferentes possibilidades de aprendizagem e o direito à educação.

Objetivo:

Ao final desta sessão, os participantes poderão identificar as barreiras do direito à educação. Eles aprenderão formas de trabalhar em equipe para superar essas barreiras.

Duração:

45 minutos.

Método do curso:

Debate em grupo grande.

Materiais:

Quadro-negro e giz ou bloco de flip chart e canetas hidrocor.

Processo

ETAPA 1: Introdução (10 minutos)

Faça as seguintes perguntas ao grupo:

- Quantos de vocês estão na escola ou frequentaram a escola?
- O que é importante na escola? Por que vamos à escola?
 - Exemplos: para ter uma educação, aprender a ler e ser capaz de nos informar, aprender matemática, nos preparar para trabalhar, etc.

Afirme que todos têm o direito de ir à escola. Crianças com deficiência não podem ser excluídas da educação ou colocadas em escolas separadas. Todas as crianças devem receber o mesmo nível de educação, embora o conhecimento deva ser comunicado de formas diferentes. Administradores, professores e colegas devem tornar as salas de aula acessíveis com equiparação de oportunidades para todos. Os governos devem implementar políticas que apoiem a educação inclusiva. As atividades a seguir nos ajudarão a compreender o direito à educação e como todos podem usufruir desse direito.

ETAPA 2: Discussão com grupo grande (30 minutos)

Desenhe estrelas grandes no quadro ou no bloco de flip chart (faça grande o bastante para escrever de 10 a 15 palavras em cada). Explique ao grupo que todos têm direito à educação e que as escolas devem ser acessíveis a todos. Aponte para as estrelas no quadro e afirme que os alunos são um grupo diversificado de pessoas, todos possuem diferentes capacidades e habilidades. Crianças com deficiência encaram barreiras para a educação (ver a citação da Unesco na próxima página). Você pode ler a citação da Unesco para a turma. Essas barreiras podem ser superadas por meio da conscientização entre os pais, colegas, professores, diretores e governos locais. Além disso, as barreiras podem ser superadas pelos governos, criando-se condições para assegurar a inclusão das crianças com deficiência nas escolas regulares (dando apoio à capacitação de professores, às mudanças físicas no projeto das escolas, etc.).

Escreva os seguintes títulos em cada estrela:

- Diversidade de alunos
- Barreiras para a educação
- Trabalho em equipe

Exemplo: Alcance as estrelas

Segundo a Unesco, 90% das crianças com deficiência, nos países em desenvolvimento, não frequentam a escola.

Fonte: United Nations Enable: para mais detalhes, consulte <www.un.org/disabilities/convention/pdfs/factsheet.pdf>.



Faça as seguintes perguntas ao grupo e escreva as respostas na devida estrela:

- Quais são as palavras que podem ser utilizadas para descrever a diversidade dos alunos?
Alunos com e sem deficiência.

Exemplos: aplicado, bom ouvinte, com dificuldade de leitura, bom em matemática, disposto a ajudar os outros, presta atenção, faz perguntas.

- Quais são as barreiras da educação para as crianças com deficiência?

Exemplos: os pais não permitem que a criança vá à escola; não conseguem chegar à escola; a escola não permite que a criança frequente as aulas; os professores não querem ou não possuem conhecimento para ensinar crianças com deficiência; os alunos são menosprezados; os livros em Braille não estão disponíveis; não há intérpretes de língua de sinais; os materiais não são de fácil entendimento; os alunos com deficiência são colocados no fundo da sala e ignorados.

- Como podemos trabalhar para superar essas barreiras?

Exemplos: identifique, na sua comunidade, as crianças com deficiência que são escondidas pelos pais e não têm permissão de ir à escola e se juntar à vida em comunidade; fale com os pais sobre os benefícios de frequentar a escola (melhorar a qualidade de vida, amizades, habilidades para o trabalho, etc.); pergunte a professores e administradores de escolas sobre crianças com deficiência; encoraje os grupos que conheçam e defendam a aceitação de alunos com deficiência nas escolas; crie folhetos ou informes sobre os benefícios de haver pessoas com deficiência frequentando as escolas (aprender habilidades de vida, ganhar dinheiro, apoiar a economia da comunidade); designe ajudantes para auxiliar com a leitura, escrita e explicação de conceitos ou instruções; trate todos com respeito; documente casos de crianças com deficiência cujo direito à educação foi negado e utilize esses documentos para pressionar o governo local a tornar as escolas mais inclusivas.

ETAPA 3: Resumo (5 minutos)

Peça aos participantes que identifiquem uma ideia ou pensamento marcante que pretendem aplicar visando mudar suas escolas. Peça a alguns participantes que se ofereçam para compartilhar seus pensamentos com o grupo maior.

Pontos fundamentais

- Todos possuem diferentes estilos de aprendizado.
- Conscientização e apoio podem ajudar a superar quaisquer barreiras da educação.
- A educação é um direito de todos.

B. Os valentões (Bullies)

Breve descrição da sessão

Nesta sessão, os participantes terão um melhor entendimento do bullying e de como isso faz os outros se sentirem.

Objetivo:

Ao final desta sessão, os participantes poderão identificar os diferentes tipos de bullying e as formas de intervenção e prevenção do problema. Os participantes entenderão que têm a responsabilidade de ajudar, de forma segura, alguém que esteja sofrendo situações de bullying.

Duração:

2 horas.

Métodos:

Encenações, debate entre grupos grandes, atividades com grupos pequenos e apresentações de grupos pequenos.

Materiais:

Nenhum material será necessário.

Observação do mediador: para mais atividades de debates sobre situações de violência e abuso, consulte a Unidade II: Prevenção contra a exploração, a violência e o abuso (páginas 35-44)

Processo

ETAPA 1: Introdução (5 minutos)

Diga ao grupo que esta atividade vai explorar o bullying. Peça para um voluntário descrever o que é bullying.

O bullying ocorre quando alguém tem menos força que outra pessoa e é deliberadamente prejudicado. É uma forma de abuso e pode ser físico (bater, empurrar) ou verbal/mental (ameaças, provocações, insultos) e ocorre mais comumente na escola. Em estudos no mundo todo, entre

20% e 60% das crianças relataram que sofreram bullying no mês antecedente à pesquisa. Crianças com deficiência estão especialmente vulneráveis ao bullying.

Fonte: Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra as Crianças Adaptado para Crianças e Jovens, Nações Unidas, 2006.

ETAPA 2: Atividade com grupo pequeno (15 minutos)

Peça aos participantes que formem grupos de quatro ou cinco e escrevam cinco exemplos de bullying.

Peça ao grupo que dois voluntários encenem uma situação sobre bullying. Separe os voluntários enquanto os grupos pequenos criam suas listas e repasse o seguinte roteiro da encenação.

Roteiro da encenação

Aluno 1: (andando e usando muletas)

Aluno 2: (andando no corredor, esbarra no aluno 1) "Ei, olhe para onde você anda!"

Aluno 1: "Desculpe, você esbarrou em mim".

Aluno 2: "Eu não esbarrei. Por que você não aprende a andar? (anda em direção ao aluno 1). Quem você pensa que é?"

Aluno 1: "Me deixe em paz. Eu não fiz nada".

Aluno 2: "O que tem na sua bolsa? Tem algum lanche? Me dá!"

Aluno 1: "Não, é o meu lanche. Você não pode ficar com ele!" (assustado)

Aluno 2: (tira o lanche da bolsa) "Isto é meu agora. Por que você não vem atrás de mim?" (vai embora)

Aluno 1: (triste, vê o aluno 2 saindo)

ETAPA 3: Encenação (30 minutos)

Junte os grupos e peça a cada um deles que dê dois de seus exemplos de bullying. Então informe que dois participantes farão uma encenação de uma situação de bullying.

Leia o seguinte:

- Esta cena acontece no corredor de uma escola, no intervalo das aulas, antes do recreio. Um aluno teve pólio e usa muletas para se locomover.

Peça aos voluntários para que encenem o roteiro.

Faça as seguintes perguntas:

- O que você viu que possa ser considerado como bullying?

- Como se sentiu em relação a isso?
- Quem praticou o bullying ? Com relação a quem?
- Você já viu isso ocorrer antes?

Finalmente, explore as seguintes questões:

- Por que você acha que o bullying acontece?
- O que o praticante de bullying ganha com isso?

ETAPA 4: Atividade com grupo pequeno (20 minutos)

Peça aos participantes que retornem aos seus grupos e criem uma encenação de um dos seus exemplos. Em vez de apenas encenar o bullying, peça-lhes que encenem situações que demonstrem possíveis soluções para o bullying. Por exemplo, faça com que outro colega defenda o aluno que recebe o bullying ou chame a atenção de outro aluno.

ETAPA 5: Apresentações em grupos pequenos (45 minutos)

Explique que crianças e jovens podem também ser encorajados a mudar os papéis. Os espectadores pensam em exemplos de como podem agir de forma diferente e ajudar quando veem alguém sofrendo bullying.

- escolher não olhar e sair (levando a “audiência”);
- ser gentil com a pessoa que está sofrendo o bullying em outra hora;
- falar com a pessoa receptora do bullying que você não gosta dessa situação e perguntar se pode fazer alguma coisa (contar para alguém ou acompanhar essa pessoa, quando ela for contar o fato para alguém);
- “resgatar” o aluno, levando-o pelo braço, e dizer algo como: “venha, precisamos ir ao nosso jogo” (apenas se for seguro fazer isso);
- testemunhar e validar a experiência do aluno que sofreu bullying após o ocorrido e garantir que haja apoio;
- contribuir com a cultura anti-bullying de uma escola, criando cartazes, histórias ou filmes contra o bullying.

Fonte: O material desta etapa foi retirado do trabalho de Sue Ball no site <www.bgfl.org/services/stopbullying/default.htm> e Teaching Expertise (Competência no Ensino, tradução livre) no site <www.teachingexpertise.com/articles/bullying-and-the-bystader-165> .

Peça que os grupos pequenos apresentem suas encenações ao grupo maior e debatam suas soluções contra o bullying.

Reveja as seguintes questões após cada encenação:

- O que você viu que pode ser considerado “bullying”?
- Como se sentiu?
- Quem praticou o bullying? Em relação a quem?
- Qual foi a solução para o bullying?
- Você acha que teria condições de ajudar alguém que vivencia situações de bullying?
- As sugestões apresentadas aos espectadores para acabar com as situações de bullying realmente funcionam na sua situação?

Dê alguns exemplos de como o bullying pode ser interrompido:

- Peça que as escolas adotem um código de conduta ou um conjunto de regras que incluam o tratamento igual para todos, devendo ser respeitado pela equipe e pelos alunos. Assegure que o código de conduta seja conhecido por todos na escola e que os alunos possam reportar os incidentes de bullying aos professores, aos orientadores e aos outros membros da equipe gestora.
- Promova o respeito a todos, incluindo os professores que, igualmente, devem respeitar e promover esse mesmo respeito na escola.
- Conscientize todos sobre o bullying como forma de violência e abuso. Faça cartazes a ser expostos nas paredes da escola, demonstrando que o bullying é sério e é considerado abuso. Escreva no final uma frase, uma espécie de convocação, como, por exemplo: “respeito a todos”.

ETAPA 6: Resumo (5 minutos)

Comente que todos têm o direito à educação e que isso inclui sentir-se seguro. Bullying é uma forma de abuso e é considerado discriminação. Somos todos responsáveis por prevenir o bullying.

Pontos fundamentais

- Bullying é uma forma de abuso.
- Todos devem se sentir seguros na escola.
- Crianças são mais suscetíveis a sofrer bullying quando estão de alguma forma vulneráveis. Ter uma deficiência não significa necessariamente aumentar a vulnerabilidade, mas depende muito da forma como as escolas e grupos de jovens incluem as crianças com deficiência na comunidade escolar.

Fonte: Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra as Crianças Adaptado para Crianças e Jovens, Nações Unidas, 2006.

C. Nossa sala de aula

Breve descrição da sessão

Nesta sessão, os participantes identificarão formas de tornar o dia na escola mais inclusivo para pessoas com diferentes formas de deficiência.

Objetivo:

Ao final da sessão, os participantes deverão ter conhecimento de como solucionar os problemas que dificultam a inclusão de todos os alunos, nas diferentes atividades escolares, incluindo o recreio. Os participantes conhecerão melhor os benefícios da educação para todos.

Duração:

1 hora e 15 minutos.

Métodos do curso:

Debate no grupo grande, atividades em grupos pequenos e apresentações de grupos pequenos.

Materiais:

Quadro-negro e giz ou bloco de flip chart e canetas hidrocor.

Processo

ETAPA 1: Introdução (5 minutos)

Diga ao grupo que esta atividade vai explorar as salas de aula inclusivas.

Salas de aula inclusivas se referem a salas de aula ou escolas onde os alunos de todas as capacidades são bem-vindos. Os alunos com e sem deficiência aprendem juntos em um ambiente seguro, que promove o aprendizado para todos.

ETAPA 2: Discussão em grupo grande (15 minutos)

Faça as seguintes perguntas aos participantes e crie uma lista no quadro-negro ou no bloco de flip chart:

- Como é um dia típico na escola?
- Quais são as suas rotinas durante o dia?

Lembre-se de apontar rotinas tais como ir para a escola, almoçar, ir a clubes, praticar esportes, recreação.

ETAPA 3: Atividade com grupo pequeno (20 minutos)

Peça aos participantes para que formem grupos de quatro ou cinco pessoas. Diga para cada grupo escolher uma rotina do dia de aula (tente fazer com que os grupos escolham diferentes rotinas, como, por exemplo, ir para a escola, uma aula, recreio, aula de música, etc.).

Peça que cada grupo escolha um tipo de deficiência (visual, física, auditiva, intelectual) e desenhe suas aulas preferidas ou rotinas, preocupando-se em incluir no desenho um aluno com uma deficiência. Além de desenhar, os grupos podem fazer encenações ou escrever um parágrafo sobre suas aulas.

Lembre aos grupos que o espaço físico e as informações devem ser acessíveis (consulte a página 53 para uma lista de verificação de acessibilidade).

ETAPA 4 : Apresentações de grupos pequenos (35 minutos)

Faça com que os grupos apresentem suas atividades de inclusão para o grupo maior. Aponte as técnicas positivas e de inclusão e faça sugestões quando apropriado. Encoraje os outros participantes para que façam o mesmo.

Pontos fundamentais

- Todos os alunos se beneficiam de uma sala de aula inclusiva.
- Os alunos com deficiência devem ser incluídos em todas as atividades, inclusive aulas, recreio, educação física e artes.

Unidade IV: Mudança na sociedade



Defesa e ação

Propósito e visão geral

As atividades abaixo são desenvolvidas para que os participantes identifiquem áreas onde é necessária a mudança social para alcançar os direitos e melhorar a qualidade de vida de todos. Os participantes vão identificar as características de defensores eficazes e criar planos para a conscientização e ações contra a exclusão. Serão feitas conexões entre defesa e monitoramento dos direitos humanos das pessoas com deficiência.

Artigo 8: Conscientização

Os governos devem conscientizar todos os cidadãos sobre os direitos e a dignidade das pessoas com deficiência, assim como sobre suas habilidades e conquistas. Eles concordam em combater estereótipos, preconceitos e atividades que podem prejudicar as pessoas com deficiência. Sua escola, por exemplo, deve promover uma atitude de respeito às pessoas com deficiência, inclusive entre crianças muito pequenas.

Fonte: It's about ability: an explanation of the Convention on the Rights of Persons with Disabilities, UNICEF, abril de 2008 (versão brasileira: Todos podemos... é disso que se trata: uma explicação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, UNICEF, Agosto de 2013).

Artigo 33: Implementação e monitoramento nacionais

Todo governo que houver ratificado a Convenção deve rever seu progresso, de modo a manter as promessas da Convenção. A organização da sociedade civil deve estar envolvida no monitoramento da implementação da Convenção.

Fonte: Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, Nações Unidas, 2006. Disponível em português <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/publicacoes/convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia>>.

Artigo 34: Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

Um Comitê especial sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência será eleito pelos governos que ratificaram a Convenção. Ele se reunirá regularmente para certificar-se de que a Convenção seja seguida e para responder a perguntas e orientar países e comunidades na proteção dos direitos das pessoas com deficiência.

Fonte: Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, Nações Unidas, 2006. Disponível em português <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/publicacoes/convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia>>.

Artigos 35: Relatórios dos Estados partes

Cada Estado parte da Convenção fornecerá à Comissão Especial relatórios sobre o que foi feito com relação à proteção dos direitos das pessoas com deficiência.

Fonte: Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, Nações Unidas, 2006. Disponível em português <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/publicacoes/convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia>>.

Objetivos gerais

Ao final destas atividades, os participantes serão capazes de:

- compreender a defesa e a conscientização como componentes básicos para tornar a mudança real;
- identificar atributos de defensores eficazes;
- identificar mudanças que crianças e adolescentes foram capazes de fazer em seu lar, escola ou ambientes comunitários;

- identificar pontos prioritários tangíveis para mudança e oportunidades concretas para melhorar o acesso e a inclusão em suas comunidades;
- criar planos de ação para gerar mudança social;
- comprometer-se com a ação.

Tempo sugerido

4 horas e 15 minutos

Sessões

A. Conscientização

B. O que é um defensor?

C. Planejamento de ações

A. Conscientização

Breve descrição da sessão

O objetivo desta sessão é fortalecer os participantes para agir e compartilhar ideias concretas para a conscientização com relação à deficiência.

Objetivo:

Ao final desta sessão, os participantes serão capazes de dar ideias concretas para a conscientização com relação à deficiência.

Duração:

45 minutos.

Método:

Compartilhamento de ideias.

Materiais:

Bloco de flip chart.

Processo:

ETAPA 1: Contribuição de ideias (30 minutos)

Faça ao grupo as seguintes perguntas:

- A sociedade (nossa comunidade) precisa mudar suas visões com relação à deficiência?
- Como mudamos a sociedade?
- Como promovemos a conscientização sobre os direitos das pessoas com deficiência para que sejam totalmente incluídas em nossas comunidades?

Discuta uma lista de ideias para promover a conscientização com relação à deficiência.

ETAPA 2: Resumo (15 minutos)

Resuma e reafirme as ideias apresentadas para promover a conscientização com relação à deficiência. Peça aos participantes para que escolham uma ideia e desenvolvam uma estratégia para efetuar mudanças tangíveis.

Pontos fundamentais

- Seja positivo e decisivo em suas declarações. Use frases encorajadoras como:
 - Podemos fazer isso!
 - Em grupo, tudo é possível!
 - Podemos criar a mudança social. Depende de nós!
- Seja flexível e siga as ideias do grupo. Tente discutir algumas ideias simples juntamente com algumas mais avançadas.
- Enfatize que algumas ideias podem virar ações individuais (ex.: tratar todas as pessoas com respeito) e algumas ideias podem ser beneficiadas por uma tomada de ação em grupo (ex. falar com um conselho de educação para possibilitar que um aluno com deficiência possa frequentar a escola).
- Busque aliados e parceiros.
- Tenha um plano. Defina resultados específicos que você deseja alcançar.
- Seja específico quanto ao que pode ser mudado por intermédio da sua ação. Escolha algumas tarefas mais fáceis para realizar primeiro, de modo a criar tendência e entusiasmo positivos, entre outros.

Conscientização sobre os direitos das pessoas com deficiência

- Crie cartazes ilustrando situações de vivência de direitos humanos por todos, inclusive por pessoas com deficiência. Espalhe-os por sua comunidade. Inclua um slogan como, por exemplo, "Inclusão para Todos!" nos seus cartazes.
- Converse com sua família e amigos sobre os direitos das pessoas com deficiência, incluindo crianças, e o que você aprendeu com o programa.
- Demonstre sensibilização por meio da ação. Se você ouvir alguém falando de maneira desrespeitosa com uma pessoa com deficiência, chame-o a atenção. Lembre-se sempre de educar os outros com respeito.
- Aborde donos de lojas, escolas, prédios comunitários e peça que instalem rampas ou tornem seus prédios acessíveis.
- Crie uma organização ou grupo que inclua pessoas com deficiência.
- Documente violações de direitos que você testemunhar em sua comunidade, fazendo isso de um modo seguro (ex.: mantendo as vítimas anônimas) e use esse documento para conscientizar e trazer mudanças.
- Aborde os jornais locais ou nacionais e peça que relatem uma história sobre os direitos das pessoas com deficiência e o valor da inclusão.
- Crie um boletim ou coluna no jornal local sobre direitos de pessoas com deficiência.
- Defenda seus direitos! A autodefesa pode ser o meio mais poderoso de sensibilização. Obtenha seus direitos, seja independente, viva na comunidade, participe da escola e dê o exemplo.
- Manifeste-se contra barreiras em sua comunidade e proponha alternativas para removê-las.
- Crie parcerias com aqueles que tomam decisões para conquistar aliados para a sua causa.

B. O que é um defensor?

Breve descrição da sessão

Nesta atividade, os participantes vão compreender a definição básica de defesa e as características de um defensor.

Objetivo:

Ao final desta atividade, os participantes estarão aptos a identificar os principais elementos de defesa, incluindo a conscientização de direitos, consciência de si e plano de ação. As principais características de defensores serão exploradas e será pedido aos participantes que identifiquem situações em que se veem como defensores.

Duração:

1 hora.

Método:

Debate em grupo grande.

Materiais:

Quadro-negro e giz ou bloco de flip chart e canetas hidrocor.

Processo:

ETAPA 1: Introdução (15 minutos)

Diga ao grupo que esta atividade vai explorar atitudes de defesa e sua importância para a mudança. Sem ação e defesa, todas as outras atividades e questões aprendidas serão inúteis. Para que a igualdade seja alcançada, todos devem assumir a responsabilidade de se tornar defensores e criar a mudança.

Peça aos participantes para que compartilhem algo que tenham aprendido nas atividades anteriores. Escreva essas observações para a próxima atividade: Planejamento de ações.

ETAPA 2: Discussão em grupo grande (30 minutos)

Defina o conceito de defesa para o grupo, escreva no quadro ou no bloco de flip chart e leia em voz alta.

Defesa é a ação para criar mudança positiva. Geralmente envolve muitas pessoas e/ou organizações que trabalham juntas, buscando uma visão compartilhada, a fim de alcançar a mudança.

Declare que as Nações Unidas trabalharam juntamente com muitos países e organizações para realizar a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Peça aos participantes para que compartilhem quais foram suas metas comuns. Escreva as respostas no quadro ou no bloco de flip chart.

Metas comuns: criar um mundo igualitário para que as pessoas com deficiência gozem dos mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que todas as outras pessoas. Estabelecer um quadro jurídico para defender e alcançar esses direitos.

Declare que as pessoas podem defender a si próprias (autodefensoras) ou a seus amigos, família e comunidade. A defesa pode ser individual ou colaborativa, incluindo pessoas com deficiência e seus aliados. Os defensores devem conhecer seus direitos, conhecer a si próprios e estar comprometidos e dispostos a agir de modo a alcançar esses direitos.

Fonte: Human Rights.YES! Action and advocacy on the rights of persons with disabilities, Human Rights Resource Center, 2007 (Direitos Humanos. SIM!, Ação e defesa sobre os direitos das pessoas com deficiência, Centro de Recursos de Direitos Humanos, 2007, tradução livre); para detalhes consulte <www.humanrightsy.es.org> .

Peça aos participantes que visualizem ou pensem em seus esforços de defesa ou em alguém com quem tenham compartilhado uma defesa, alguém que defendeu seus direitos e mudou as coisas.

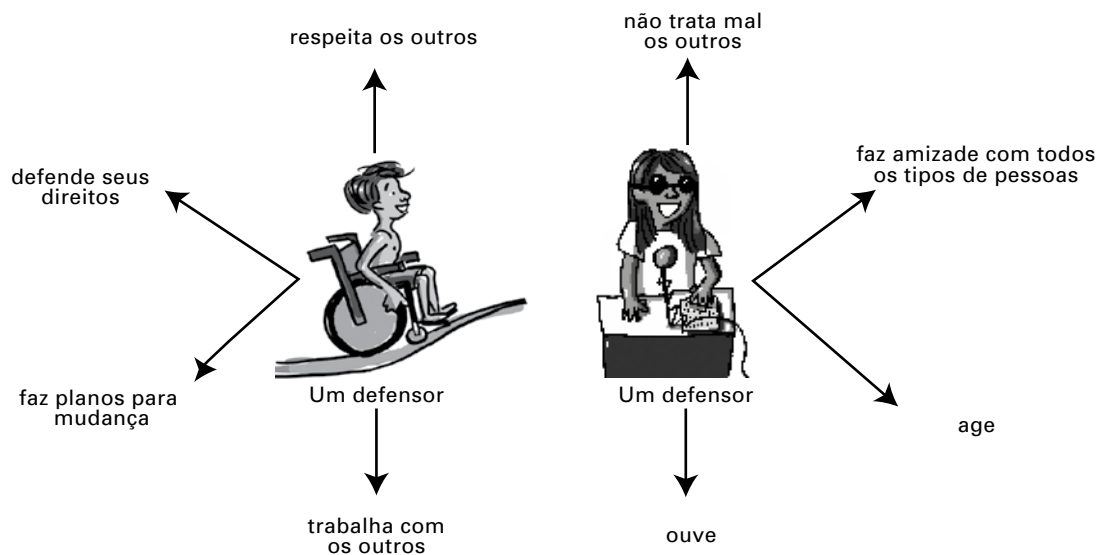
Escreva a palavra “defesa” no quadro ou no bloco de flip chart e circule-a.

Pergunte ao grupo e escreva as respostas no quadro ou no bloco de flip chart:

- O que é um defensor?
- Quais são as características de um defensor?
- Como as pessoas podem ser defensoras?

Exemplos: Defensores

- não implicam com pessoas com deficiência, nem caçoam delas;
- defendem a si mesmos e/ou aos outros, quando testemunham ou sofrem maus-tratos;
- defendem os direitos humanos;
- agem;
- organizam grupos para agir;
- ouvem;
- fazem amizade com todos os tipos de pessoas.



ETAPA 3: Comprometimento (15 minutos)

Peça aos participantes que escrevam ou desenhem no quadro e digam ao grupo:

“Um modo de eu ser um defensor é _____.”

Resuma as respostas e declare que este grupo é um grupo de defesa. Juntos, todos podem gerar a mudança e tornar o nosso mundo melhor e mais igualitário para todos, incluindo pessoas com deficiência. Na próxima atividade, vamos discutir as etapas das ações que deverão ser tomadas.

Pontos principais

- Todos podem ser defensores.
- Defender é criar a mudança e se comprometer a agir.
- Você pode ser um defensor individual na vida diária e pode trabalhar em equipe ou em uma organização para defesa.
- Para criar um mundo igualitário, precisamos dizer e defender o que pensamos!
- Todos precisam trabalhar juntos.

C. Planejamento de ações

Breve descrição da sessão

Nesta sessão, os participantes identificarão áreas nas quais a defesa é necessária e a mudança tangível é possível; também identificarão como criar planos de ação para alcançar a mudança.

Objetivo:

Ao final desta sessão, os participantes serão capazes de identificar as etapas para o planejamento de ações, incluindo a identificação de áreas para mudança; reunião de informações; criação de etapas para ação; realização da ação e sua continuidade. Será pedido que os participantes dramatizem, explicando e dando justificativas sobre a área a ser mudada e em relação à qual se comprometem a agir.

Duração:

2 horas e 30 minutos.

Métodos da sessão:

Debate em grupo grande, atividades em grupos pequenos e apresentações de grupos pequenos.

Materiais:

Quadro-negro e giz ou bloco de flip chart e canetas hidrocor.

ETAPA 1: Introdução (15 minutos)

Consulte a lista que você fez sobre o que foi aprendido (ETAPA 1) na última atividade e reveja o que os participantes disseram que aprenderam durante as atividades propostas neste guia. Declare que esta atividade é sobre ação. Diga que todos já agiram, ao participar dessas atividades, aprendendo sobre si mesmos e sobre os outros. Agora é a hora de aplicar o que foi aprendido em grupo e agir no dia a dia!

Após rever a lista do que foi aprendido, peça aos participantes que identifiquem tópicos que precisam de mudanças. Por exemplo, o tópico deve ser relacionado a um direito humano de uma pessoa com uma deficiência, como, educação, cuidados com a saúde, esporte ou recreação. Os participantes podem identificar barreiras, tais como obter uma rampa acessível para entrar em uma loja ou possibilitar a ida de crianças com deficiência à escola.

Escreva as respostas no quadro ou no bloco de flip chart.

ETAPA 2: Etapas para ação (30 minutos)

Lembre ao grupo que a defesa começa com a conscientização sobre os direitos humanos universais e com a consciência de si mesmo. A defesa também inclui agir em diferentes níveis (casa, escola, comunidade, governo).

Explique ao grupo que os governos que ratificam a Convenção devem rever seu próprio progresso, de modo a manter as promessas da Convenção. Os governos devem apresentar um relatório escrito sobre o progresso na implantação da Convenção. As pessoas com deficiência, incluindo crianças, têm o direito de participar desse relatório, e uma comissão nas Nações Unidas vai revisá-los. Essa comissão ajudará o seu país a proteger os direitos das pessoas com deficiência.

Diga aos participantes que eles vão aprender as etapas para o planejamento de ações e então faça com que formem grupos pequenos, a fim de desenvolver um plano de ação sobre os tópicos, já identificados, que precisam de mudanças (escreva as propostas no quadro).

Planos de ação:

1. O que você quer mudar?

- a. Identifique uma questão ou barreira que você ou o seu grupo deseja mudar.
- b. Analise a área em que a mudança é necessária. Você está mudando:
 - i. Atitudes?
 - ii. Barreiras físicas?
 - iii. Barreiras na informação?

Onde ocorrerá a mudança?

- iv. Governo (ex.: leis, políticas).
- v. Sociedade.

- vi. Cuidados com a saúde.
- vii. Sistemas educacionais.
- viii. Indivíduos ou famílias.

2. Pronuncie-se!

- a. Descreva o problema ou a barreira
 - i. Como afeta os seus direitos humanos?
 - ii. A quem afeta?
 - iii. Quais são as causas possíveis?
- b. Relacione o problema ou a barreira aos direitos das pessoas com deficiência, usando os direitos humanos mencionados na Convenção.
 - i. Que direitos estão sendo violados?
- c. Como esse problema afeta a vida das pessoas com deficiência?
- d. Como a resolução do problema melhora a vidas da pessoas com deficiência?
- e. Quais são as ações específicas a ser tomadas para resolver o problema?
- f. Quem precisa estar envolvido para adotar essas medidas?

Observação do mediador: Nesse momento, o grupo pequeno fará a encenação. Peça-lhes que elejam membros do grupo para ficar encarregados do problema, tais como um professor, membro da comunidade ou oficial local do governo. Faça com que os outros membros do grupo resumam as respostas às perguntas acima e expliquem o problema à pessoa encarregada.

3. Reúna informações

- a. Que leis protegem você e respaldam o direito negado?
- b. Que estatísticas ou informações você possui sobre situações de negação desse direito?
- c. Identifique possíveis aliados (pessoas que vão ajudá-lo e apoiá-lo na resolução desse problema).
 - i. Como vocês podem trabalhar juntos para alcançar suas metas?
- d. Quais são as etapas necessárias para agir?
- e. Quem concluirá essas etapas?
- f. Quando as etapas serão concluídas?

4. Plano para ação

- a. Use o folheto do plano de ação ou perguntas do folheto ao final desta atividade.

Observação do mediador: O plano de ação pode ser feito em imagens (ex.: desenhos).

As perguntas podem ser lidas em voz alta para o grupo.

5. Agindo

- a. Agora é o momento de seguir o plano de ação e agir, implementar as etapas que você identificou e criar mudança social!

6. Acompanhamento

- a. Todas as ações de defesa precisam de acompanhamento. Se não dermos seguimento, então nossa meta não será alcançada. Revise as questões para dar seguimento à ação:
 - i. Você concluiu o plano de ação? O que foi bem-sucedido? O que foi desafiador?
 - ii. Se você alcançou a sua meta:
 1. O que o ajudou a ser bem-sucedido?
 2. Você pode usar as mesmas estratégias para outras metas?
 - iii. Se você não alcançou o seu objetivo:
 1. Que mudanças precisam ser feitas no plano de ação para alcançar sua meta?
 2. Você necessita de mais recursos? Membros do grupo? Aliados? Você precisa reunir mais informações?
 3. Quais são suas próximas etapas para ação? Algo mais precisa ser feito? Como você mantém sua meta?

Fonte: Human Rights. YES!, Action and advocacy on the rights of persons with disabilities, Human Rights Resource Center, 2007; (Direitos Humanos. SIM!, Ação e defesa sobre os direitos das pessoas com deficiência, Centro de Recursos de Direitos Humanos, 2007, tradução livre); para detalhes consulte <www.humanrightsyes.org>.

ETAPA 3: Atividade em grupo pequeno (45 minutos)

Peça aos participantes para que formem grupos de quatro a cinco, a fim de concluir as etapas de número 1 (um) a 4 (quatro) do plano de ação (acima delineados).

Lembre ao grupo que eles podem começar pela primeira etapa para um problema maior e que a ação ocorre etapa por etapa.

Ande pela sala e ajude o grupo a concluir as etapas 1 (um) a 4 (quatro).

ETAPA 4: Apresentações de grupos pequenos (1 hora)

Peça a todos para que voltem ao grupo maior e apresentem seus planos de ação. Faça o grupo discutir cada plano de ação criado.

- O plano de ação é razoável? Ele é razoável o suficiente para ser realizado?
- O plano de ação é viável? O plano tem uma quantidade de recursos suficiente (tempo, dinheiro, aliados, informações) para ser realizado?

Pontos principais

- A ação ocorre etapa por etapa.
- O trabalho em equipe e a colaboração são importantes para gerar mudança.
- Todos devem se comprometer a agir; até mesmo um pequeno passo gera mudança.
- Lembre-se de que a sua parte/etapa é importante para o quadro geral.

PLANO DE AÇÃO DE DEFESA

Recomendamos que cada grupo, a cada reunião, conclua um Plano de Ação

Grupo de Ação: _____

Data: _____

Mudança necessária	Ações	Por quem	Até quando	Recursos necessários	Data da ação	Acompanhamento
Que tipo de mudança precisa ser feita para que os direitos e a igualdade de oportunidades sejam alcançados?	Que ações são necessárias para fazer essa mudança?	Quem vai agir?	Até que data a ação será efetuada?	Que recursos financeiros, materiais e humanos são necessários para a ação?	Quando ocorreu a ação?	O que aconteceu como resultado da ação?

Unidade V:

Seus comentários são importantes!

Agora que você teve a chance de aprender sobre direitos humanos e diferentes capacidades, você pode ajudar a tornar o mundo um lugar onde todos são igualmente valorizados. Todos têm direitos, incluindo as pessoas com deficiência!

Conte-nos cinco coisas que você aprendeu com este guia:

- 1) _____
- 2) _____
- 3) _____
- 4) _____
- 5) _____

O que você mais gostou neste guia?

O que você não gostou neste guia?

Como podemos melhorar este guia?

Conte-nos! O que você achou do guia?

	Excelente 	Regular 	Ruim 	Você tem mais algum comentário a respeito?
Em geral (globalmente)				
Atividades em grupos				
Sessão sobre defesa				
Figuras				
Linguagem/ palavras usadas				

Envie pelo correio para:

Fundo das Nações Unidas para a Infância
Escritório do Representante do UNICEF no Brasil

SEPN 510 - Bloco A - 2º andar
Brasília (DF) – 70750-521
brasilia@unicef.org
www.unicef.org.br

Principais termos usados neste guia

Abuso infantil é qualquer tipo de dano imposto a uma criança, incluindo negligência, violência física, sexual ou mental da parte de alguém que é responsável por elas ou tem poder ou controle sobre elas e em quem elas deveriam ser capazes de confiar.

Acessibilidade é ter acesso a transporte, lugares e informações e não ter o acesso recusado devido a uma deficiência.

Adaptação razoável significa fazer mudanças para que você faça algo com mais facilidade, por exemplo, entrar em um prédio por meio de uma rampa ou ter acesso a um andar acima ou abaixo usando um elevador.

Bullying ocorre quando alguém é mais frágil que outra pessoa e é deliberadamente prejudicada. O bullying é uma forma de abuso, que pode ser físico (bater, empurrar) ou verbal/mental (ameaças, provocações, insultos) e ocorre mais comumente na escola. As crianças com deficiência estão mais vulneráveis ao bullying.

Comitê é um órgão estabelecido, formado por um grupo de pessoas que são selecionadas para trabalhar juntas, a fim de assegurar que uma Convenção seja seguida pelos governos.

Comunicação pode significar partilhar informações, mas também é uma maneira de ler, falar ou compreender, utilizando recursos das multimídias, caracteres grandes, Braille, linguagem de sinais ou ter alguém para ler em voz alta.

Comunidade é um grupo de pessoas que vivem na mesma área. Também significa pessoas com os mesmos interesses ou preocupações.

Convenção é um acordo entre países para obedecer à mesma lei. Quando um país assina ou ratifica (aprova) uma convenção, ela se torna uma promessa legal e orienta as ações do governo. Ela geralmente leva o governo a adaptar e mudar suas próprias leis para apoiar os objetivos da convenção.

Declaração Universal dos Direitos Humanos foi assinada em 10 de dezembro de 1948 por todos os Estados partes das Nações Unidas, a fim de assegurar que os direitos de todas as pessoas sejam protegidos. Apesar de não ser uma Convenção, ela agora é considerada uma lei internacional.

Defesa é a ação para criar mudança positiva. Geralmente envolve muitas pessoas e/ou organizações que trabalham juntas, buscando uma visão compartilhada, a fim de alcançar a mudança.

Desenho universal é usado para tornar construções, programas e produtos acessíveis ao maior número de pessoas possível, não importando quais sejam suas capacidades ou deficiência.

Desigualdade é o estado de ser desigual. A desigualdade significa que existe uma diferença, mas também que um é ou tem mais ou menos que o outro. Desigualdade de poder é quando um tem mais poder sobre o outro.

Dignidade refere-se ao seu autorrespeito como ser humano. Ser tratado com dignidade significa ser tratado com respeito por outras pessoas.

Direitos humanos expressam que todos neste mundo têm proteção legal para garantir seu próprio direito ao respeito, à liberdade e às oportunidades que merecem como seres humanos. Ninguém é excluído. Todo ser humano tem direito à vida e à dignidade. Crianças em qualquer lugar têm direito à alimentação e cuidados de saúde, direito de ir à escola e de poder dizer o que sentem sem sentir medo.

Discriminação é o tratamento injusto dado a uma pessoa ou grupo devido a sua raça, religião, gênero, outras diferenças ou por ter uma deficiência. Também inclui a recusa de adaptações razoáveis.

“Discriminação por motivo de deficiência” significa que as pessoas não são tratadas com justiça ou são excluídas por ter uma deficiência.

Inclusão não significa inserir pessoas com deficiência nas estruturas existentes, e sim transformar sistemas para que sejam inclusivos para todos. Comunidades inclusivas implementam medidas para apoiar todas as crianças em casa, na escola e na própria comunidade. Quando existem barreiras, as comunidades inclusivas transformam a maneira como estão organizadas para atender às necessidades de todas as crianças.

Instituições são lugares onde um grupo de crianças (ou adultos) vive junto e recebe cuidados de adultos que não são parte de sua verdadeira família. Orfanatos são um tipo de instituição. Instituições são o último lugar em que uma criança deve crescer. As crianças devem ser colocadas em instituições somente se não houver outra maneira de cuidar delas. Quando as crianças precisarem ir para instituições, esses lugares devem oferecer segurança e proteção.

Língua é um meio de comunicação usado por um grupo de pessoas. Ela é usada por meio da fala, palavras, sinais e outros meios.

Modelo social de deficiência tem foco em eliminar as barreiras criadas pela sociedade ou pelo ambiente físico que limitam uma pessoa no desfrute de seus direitos humanos. Isso inclui promover atitudes positivas, mudar prédios para que sejam acessíveis a todos e fornecer informações de um modo que todos possam compreender.

Nações Unidas é uma organização internacional formada pelos governos de 193 Estados partes, trabalhando juntos para trazer paz e justiça para o mundo. A ONU foi criada em 1945 para evitar guerras futuras, para proteger os direitos humanos e proporcionar um lugar para que todos os países possam se unir e discutir questões e problemas importantes que afetam todos.

Preâmbulo são os primeiros parágrafos introdutórios de uma convenção. Ele explica por que a Convenção é necessária.

Ratificação ocorre quando uma convenção ou acordo assinado é oficialmente aprovado por um país e se torna lei naquele país.

Respeito ao outro significa estar disposto a aceitar as diferenças de outras pessoas mesmo que elas pareçam ser diferentes de você, tenham uma religião diferente ou venham de um lugar diferente. Também significa tratar as outras pessoas do modo como você gostaria de ser tratado.

Salas de aula inclusivas são salas de aula ou escolas onde são bem-vindos alunos com diversas habilidades. Alunos com e sem deficiência aprendem juntos em um ambiente seguro, que promove o aprendizado para todos.

Tecnologias assistivas ajudam a fazer coisas que de outra maneira você não poderia fazer, por exemplo, movimentar-se em uma cadeira de rodas ou enxergar com uma letra maior na tela de computador.

UNICEF é o Fundo das Nações Unidas para a Infância. É uma parte do sistema das Nações Unidas, que trabalha pelos direitos das crianças, sua sobrevivência, desenvolvimento e proteção, de modo a fazer do mundo um lugar melhor, mais seguro e mais amigável para as crianças – e para todos nós.

Violência ocorre quando alguém usa sua força ou poder para prejudicar a outra pessoa deliberadamente, não acidentalmente. A violência inclui ameaças de violência e atos que podem causar danos, bem como aqueles que os causam. Os danos envolvidos podem afetar a mente de uma pessoa e sua saúde e bem-estar em geral, bem como seu corpo.

Folheto 1:

Versão para crianças da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

Fonte: It's about ability: an explanation of the Convention on the Rights of Persons with Disabilities, UNICEF, abril de 2008 (versão brasileira: Todos podemos... é disso que se trata: uma explicação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, UNICEF, Agosto de 2013).

A Convenção consagra vários direitos. Seus 50 artigos explicam claramente quais são esses direitos. Onde mencionarmos 'governo', nas páginas a seguir, estaremos falando dos governos que ratificaram a Convenção (também chamados de 'países- membros').

Artigo 1: Propósito

Este artigo resume o principal objetivo da Convenção que é promover, proteger e assegurar o desfrute total e igual de todos os direitos humanos e liberdades por todas as pessoas com deficiência, incluindo crianças.

Artigo 2: Definições

Este artigo lista palavras que têm uma definição específica nessa Convenção. Por exemplo, "língua" inclui línguas faladas, de sinais ou outras línguas não faladas. "Comunicação" inclui línguas, monitores de texto, Braille (que usa pontos em relevo para letras e números), comunicação pelo tato, impressão aumentada e multimídia acessível (como websites ou áudio).

Artigo 3: Princípios gerais

Os princípios (convicções principais) da Convenção são:

- a. Respeito pela dignidade inerente a todos, liberdade de fazer as próprias escolhas e independência.
- b. Não discriminação (tratar todos igualmente).
- c. Participação plena e inclusão na sociedade (ser incluído na sua comunidade).
- d. Respeito pelas diferenças e aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana.
- e. Igualdade de oportunidades.
- f. Acessibilidade (ter acesso a transporte, lugares e informações, e não ter o acesso recusado porque se tem uma deficiência).
- g. Igualdade entre homens e mulheres (ter as mesmas oportunidades se você for menina ou menino).
- h. Respeito pela capacidade de desenvolvimento das crianças com deficiência e o direito de preservar a sua identidade (ser respeitado pelas suas capacidades e ter orgulho de quem você é).

Artigo 4: Obrigações gerais

Não devem existir leis que discriminem pessoas com deficiência. Se necessário, os governos devem criar novas leis para proteger os direitos das pessoas com deficiência e colocar essas leis em prática. Se leis antigas ou tradições discriminam pessoas com deficiência, os governos devem encontrar maneiras de mudá-las. Para desenvolver novas leis e políticas, os governos devem buscar aconselhamento de pessoas com deficiência, incluindo crianças.

Artigo 5: Igualdade e não discriminação

Os governos reconhecem que todas as pessoas têm o direito de ser protegidas pela lei e que as leis de um país se aplicam a todos que vivem nele.

Artigo 6: Mulheres com deficiência

Os governos sabem que mulheres e meninas com deficiência enfrentam muitos tipos diferentes de discriminação e concordam em proteger seus direitos humanos e suas liberdades.

Artigo 7: Crianças com deficiência

Os governos concordam em adotar medidas necessárias para que as crianças com deficiência possam desfrutar de todos os direitos humanos e liberdades em igualdade de condições com as demais crianças. Eles também concordam em assegurar que as crianças com deficiência possam expressar livremente seus pontos de vistas sobre todas as decisões que as afetam. O que é melhor para cada criança deve sempre ser considerado prioritário.

Artigo 8: Conscientização

Os governos devem conscientizar todos os cidadãos sobre os direitos e a dignidade das pessoas com deficiência, assim como sobre suas habilidades e conquistas. Eles concordam em combater estereótipos, preconceitos e atividades que possam prejudicar as pessoas com deficiência. Sua escola, por exemplo, deve promover uma atitude de respeito para com as pessoas com deficiência, inclusive entre crianças muito pequenas.

Artigo 9: Acessibilidade

Os governos concordam em tornar possível que as pessoas com deficiência vivam com independência e participem plenamente de suas comunidades. Qualquer local que seja aberto ao público, como construções, estradas, escolas e hospitais, deve ser acessível para pessoas com deficiência, incluindo crianças. Se você está em local de atendimento ao público e precisa de guia, leitor ou intérprete profissional de língua de sinais, esses serviços devem estar disponíveis.

Artigo 10: Direito à vida

Todo ser humano nasce com direito à vida. Os governos garantem que isso seja igualmente verdadeiro para pessoas com e sem deficiência.

Artigo 11: Situações de risco e emergências humanitárias

Pessoas com deficiência têm o mesmo direito que todas as outras de ser protegidas e de estar seguras durante uma guerra, uma emergência ou um desastre natural, como uma tempestade. Legalmente, o fato de você ter deficiência não pode ser motivo de exclusão de um abrigo ou de ser abandonado enquanto outros são resgatados.

Artigo 12: Reconhecimento igual perante a lei

Pessoas com deficiência têm o direito de desfrutar da 'capacidade legal' da mesma maneira que outras pessoas. Isso significa que, quando você crescer, se você tiver ou não deficiência, pode, por exemplo, obter um empréstimo para estudar ou assinar um contrato para alugar o seu próprio apartamento. E você pode herdar uma propriedade ou ser dono de uma.

Artigo 13: Acesso à justiça

Se você é uma pessoa com deficiência e for prejudicado por um crime, presenciar outros sendo prejudicados ou se for acusado de fazer algo de errado, você tem o direito de ser tratado de forma justa quando estiverem investigando e tratando do seu caso. Você tem o direito de se expressar em todos os procedimentos legais.

Artigo 14: Liberdade e segurança da pessoa

Os governos devem garantir que pessoas com deficiência tenham sua liberdade protegida por lei, assim como acontece com todas as outras pessoas.

Artigo 15: Prevenção contra tortura ou tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes

Ninguém deve ser torturado, humilhado ou tratado com crueldade. E todos têm o direito de recusar experimentos médicos ou científicos.

Artigo 16: Prevenção contra a exploração, a violência e o abuso

Crianças com deficiência devem ser protegidas contra violência e abuso. Elas não devem ser maltratadas ou feridas dentro ou fora de suas casas. Se você enfrentou violência ou maus-tratos, tem direito de obter ajuda para interromper o abuso e se recuperar.

Artigo 17: Proteção da integridade da pessoa

Ninguém pode tratar uma pessoa com deficiência como um ser inferior por causa de sua condição física, intelectual ou sensorial. Você tem o direito de ser respeitado pelos outros do jeito que você é!

Artigo 18: Liberdade de movimentação e nacionalidade

Toda criança tem direito a um nome registrado legalmente, uma nacionalidade e, na medida do possível, o direito de conhecer seus pais e de receber os cuidados deles. E as pessoas não podem ser impedidas de entrar ou sair de um país por terem deficiência.

Artigo 19: Vida independente e inclusão na comunidade

Todas as pessoas têm direito de fazer escolhas sobre onde viver, quer tenham ou não deficiência. Quando você crescer, terá o direito de viver de maneira independente na sua comunidade. Você também deve ter acesso a serviços de apoio, se precisar de ajuda para viver na sua comunidade, tais como atendimento em casa e assistência pessoal.

Artigo 20: Mobilidade pessoal

Crianças com deficiência têm o direito de se locomover e ser independentes. Os governos devem promover esse direito.

Artigo 21: Liberdade de expressão e de opinião e acesso à informação

Todas as pessoas têm o direito de expressar suas opiniões, de buscar, receber e compartilhar informações e de receber informações em formato que possibilite a compreensão e a sua utilização.

Artigo 22: Respeito à privacidade

Ninguém pode interferir nos assuntos particulares das pessoas, tenham ou não deficiência. Pessoas que têm informações sobre outras, tais como suas condições de saúde, devem manter essas informações em sigilo.

Artigo 23: Respeito pelo lar e pela família

As pessoas têm o direito de viver com suas famílias. Se você tem deficiência, seu governo deve dar apoio a sua família, disponibilizando recursos financeiros, informações e serviços relacionados à deficiência. Você não deve ser separado dos seus pais porque tem uma deficiência. Se você não puder viver com a sua família imediata, o governo deve garantir-lhe condições para viver com sua família mais ampla ou comunidade. Jovens com deficiência têm os mesmos direitos que outros jovens, tais como: informações sobre saúde reprodutiva, se casar e formar uma família.

Artigo 24: Educação

As pessoas têm o direito de ir à escola. Se você tem deficiência, não pode ser excluído da educação por causa dela. Você deve estar na escola regular e não numa escola separada. Você tem direito à mesma educação e currículo que as outras crianças, e seu governo deve garantir as condições necessárias para assegurar esse direito. Por exemplo, ele deve prover maneiras adequadas para você se comunicar, assim os seus professores poderão responder às suas necessidades.

Artigos 25 e 26: Saúde e habilitação e reabilitação

As pessoas com deficiência têm direito à mesma variedade e qualidade de assistência médica pública e gratuita ou cuidados de saúde acessíveis como os prestados a outras pessoas. Se você tem deficiência, também tem direito a serviços de saúde e de reabilitação.

Artigo 27: Trabalho e emprego

As pessoas com deficiência têm igual direito de trabalhar em um emprego livremente escolhido, sem discriminação.

Artigo 28: Padrão de vida e proteção social adequados

As pessoas com deficiência têm direito a alimentação, água limpa, vestuário e acesso à moradia, sem discriminação. O governo deve assegurar proteção às crianças com e sem deficiência que vivem na pobreza.

Artigo 29: Participação na vida política e pública

As pessoas com deficiência têm o direito de participar da política e da vida pública. Quando você chegar à idade definida pelas leis do seu país, terá o direito de formar um grupo, servir ao público, ter acesso às urnas de votação, votar e ser eleito para um cargo no governo, tendo ou não uma deficiência.

Artigo 30: Participação na vida cultural e em recreação, lazer e esporte

As pessoas com deficiência têm os mesmos direitos que as outras de participar e desfrutar das artes, esportes, jogos, filmes e outras atividades de lazer. Portanto, teatros, museus, parques infantis e bibliotecas devem ser acessíveis para todos, incluindo crianças com deficiência.

Artigo 31: Estatísticas e coleta de dados

Os países devem coletar dados sobre as condições de vida das pessoas com deficiência para desenvolver programas e serviços mais adequados. As pessoas com deficiência que contribuem com a pesquisa têm o direito de ser tratadas de maneira respeitosa e humana. Qualquer informação particular que elas partilharem deve ser mantida em sigilo. Os dados estatísticos devem ser colocados à disposição para toda a sociedade.

Artigo 32: Cooperação internacional

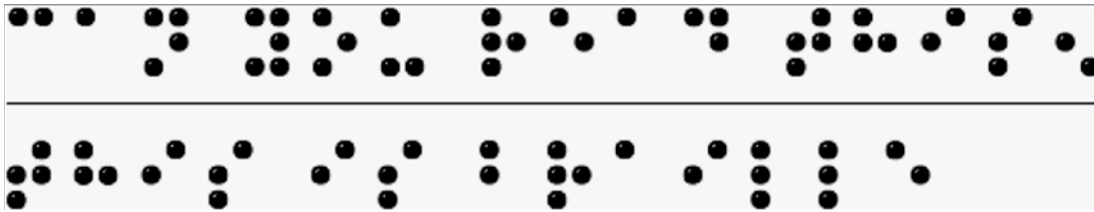
Os países devem ajudar uns aos outros no cumprimento dos artigos dessa convenção. Isso inclui países com mais recursos (tais como informação científica e tecnologia) partilhando com outros países, para que mais pessoas no mundo possam desfrutar dos direitos da convenção.

Artigos 33 a 50: Regulamentações sobre cooperação, monitoramento e implantação da Convenção

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência tem um total de 50 artigos. Os artigos 33 a 50 são sobre como os adultos, especialmente as pessoas com deficiência e suas organizações, e os governos devem trabalhar juntos para garantir que todas as pessoas com deficiência tenham todos os seus direitos. Veja o texto desses artigos em <www.un.org/disabilities>.

Folheto 2: Diferentes tipos de capacidade

Fonte: The Able Crew (A Equipe Capaz, tradução livre); para detalhes consulte <www.theablecrew.org/interactive/blur.htm>.



Você consegue ler isso?

Isso é Braille, um método amplamente usado por pessoas cegas para ler e escrever. Ao ver algo escrito em Braille pela primeira vez, tudo o que você vê (ou sente) é uma confusão de pontos! Os caracteres em Braille (uma combinação de 1-6 pontos em relevo) formam as letras do alfabeto, os sinais de pontuação, os números e tudo o mais que você possa escrever em formato impresso.

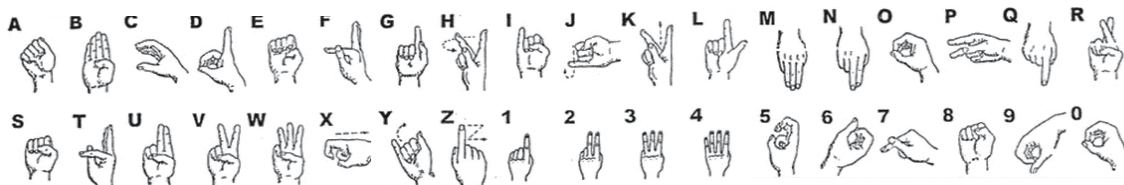
Este é o modo como você veria uma mensagem, caso tivesse uma visão correta.

Este é o modo como você veria esta imagem, caso tivesse baixa visão.



Este é o modo como você veria esta imagem, caso tivesse baixa visão.

Isto é língua de sinais.



Anexo 1:

Dicas para inclusão

Dificuldade de aprendizagem, Transtornos Globais de Desenvolvimento

Essas dificuldades variam muito e podem, às vezes, ser difíceis de perceber. Uma pessoa com dificuldade de aprendizagem geralmente tem uma inteligência mediana ou acima da média, mas também tem dificuldade em aprender, recordar e comunicar informações. As dificuldades de aprendizagem se apresentam de muitas maneiras diferentes e geralmente afetam a capacidade de uma pessoa em concluir tarefas relacionadas à escola. Algumas dificuldades intelectuais podem ser mais sérias e impactar a compreensão. Transtornos de desenvolvimento também podem incluir distúrbios sensoriais, incluindo autismo.

Dicas para inclusão:

- Simplifique a linguagem ou reafirme e resuma informações de maneiras variadas.
- Use recursos visuais para representar ideias abstratas.
- Certifique-se de que a pessoa compreende o tópico ou atividade a ser concluída.
- Incorpore atividades de aprendizado prático na rotina.

Deficiência visual e auditiva

Outros tipos de deficiência incluem pessoas que têm uma perda total ou parcial de audição ou visão. Algumas pessoas nascem com a deficiência (congenita) e outras a adquirem ao longo da vida (adquirida). Outro termo para deficiência auditiva é surdez e para deficiência visual, cegueira.

Dicas para inclusão:

- Forneça informações em formatos variados. Por exemplo, algumas pessoas com deficiência auditiva usam língua de sinais, leem lábios ou preferem informações apresentadas na forma escrita.
- Ao falar com uma pessoa que tem uma deficiência auditiva, primeiramente certifique-se de ter a sua atenção e use gestos ao falar.
- Dê explicações adicionais a pessoas com deficiência visual. Se você mostrar uma figura, descreva como ela é. Se você distribuir texto, descubra se ele pode ser obtido em Braille, ou faça com que o texto seja lido em voz alta.

Mobilidade reduzida

Deficiência física ou mobilidade reduzida, geralmente, significam que uma pessoa utiliza equipamento para apoio, como, por exemplo, cadeira de rodas, bengala ou prótese de membro. Pessoas com deficiência física podem ter dificuldades com movimentos ou autocuidados.

Dicas para inclusão:

- Certifique-se de que a instalação que você está usando seja acessível. Evite escadas e assegure que as portas sejam largas o suficiente para a passagem de cadeiras de rodas.

Fonte: FENEIS (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos); hiperligação para o acesso ao alfabeto manual disponível em: LIBRAS, Alfabetos Manuais <http://www.feneis.org.br/page/libras_alfabeto.asp#feneis>.

- Durante as atividades práticas, verifique se há qualquer dificuldade física. Forme pares entre as pessoas, caso precisem de ajuda.
- Verifique com a pessoa quais são as suas necessidades. Permaneça flexível e disposto a adaptar uma atividade para diferentes capacidades.

Transtornos de humor (afetivos ou psicossociais)

Um exemplo de uma deficiência invisível é o transtorno de humor (afetivo ou psicossocial). Essa categoria inclui condições tais como transtorno bipolar, depressão e muitas outras.

Dicas para inclusão:

- Trate a pessoa com respeito em todos os momentos e inclua suas opiniões e pensamentos nas discussões.
- Possibilite a participação flexível, a escolha e a autonomia durante o programa, e discuta com antecedência quais são as necessidades da pessoa.

Para mais informações, entre em contato com:

Fundo das Nações Unidas para a Infância

Escritório do Representante do UNICEF no Brasil

SEPN 510 - Bloco A - 2º andar

Brasília (DF)

- 70750-521

brasil@unicef.org

www.unicef.org.br

RIOinlui – Obra Social da Cidade do Rio de Janeiro

Rua São Clemente, 360

Botafogo - Rio de Janeiro (RJ) - 22260-000

Telefone: 55 21 2976-9164

www.rioinlui.org.br

© Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)

Agosto de 2013

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-67167-03-9



unicef 